



- 99 -

carla

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 08 DE 30-04-2026

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 30 DE ABRIL DE 2026

Aos trinta dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e seis, na Sala de Sessões dos Paços de Concelho de Idanha-a-Nova, reuniu-se pelas nove horas e trinta minutos, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Idanha-a-Nova, conforme convocatória do dia dezasseis de abril, presidida pelo senhor João Pedro Roxo Rodrigues, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, com a seguinte ordem de trabalhos:

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

A preencher nos termos do regimento

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1. Informação sobre a situação Financeira e sobre a Atividade do Município;
2. Minutas de contratos Interadministrativos de Delegação de Competências Entre o Município de Idanha-a-Nova e as Juntas/União de Freguesia do Concelho;
3. Relatório de Gestão e Prestação de Contas de 2025;
4. Segunda Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano 2026;
5. Primeira Alteração ao Mapa de Pessoal 2026;
6. Abertura de Procedimentos Concursais para Provimento de Cargos de Direção Intermédia de 2.º Grau – Unidades Orgânicas Flexíveis - Proposta de Composição de Júri de Recrutamento e Atribuição de Despesas de Representação:
 - 6.1. Divisão Administrativa e de Recursos Humanos;
 - 6.2. Divisão Financeira;
 - 6.3. Divisão de Cultura, Turismo, Desporto e Juventude;
 - 6.4. Divisão de Educação, Saúde e Ação Social;
 - 6.5. Divisão de Obras, Planeamento e Urbanismo;
 - 6.6. Divisão de Serviços Operativos e Ambiente;
7. Abertura de Procedimentos Concursais para Provimento de Cargos de Direção Intermédia de 3.º Grau – Proposta de Composição de Júri de Recrutamento:
 - 7.1. Unidade de Gestão Alimentar;
 - 7.2. Unidade de Gestão de Frotas e Mobilidade;
 - 7.3. Unidade de Turismo;
 - 7.4. Unidade de Água e Saneamento;
 - 7.5. Gabinete Jurídico e de Património;
 - 7.6. Gabinete de Comunicação e Sistemas da Informação;
 - 7.7. Gabinete Técnico Florestal;



carik

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 08 DE 30-04-2026

7.8. Unidade de Saúde e Ação Social;

8. Ratificação da Adesão ao Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial Cáceres (AECT CCBB)
Cáceres – Beira Baixa;

9. Discussão e votação da proposta de revisão do Regimento da Assembleia Municipal.

O senhor Presidente da Mesa da Assembleia mandou proceder à chamada dos senhores deputados, tendo-se verificado a ausência do senhor João Luís Marques Rêgo Geraldes, substituído pela senhora Sílvia Pires Nogueira, do senhor Ricardo António de Matos Rodrigues, substituído pelo senhor José Manuel Rodrigues Catana, da senhora Carla Alexandra de Mendonça Galveia, substituída pelo senhor Manuel Valente Rêgo e do senhor Jorge Humberto Mendes Robalo Lopes Adónis.

As ausências encontram-se justificadas.

Verificada a existência de quórum, o senhor Presidente da Mesa da Assembleia, deu por aberta a sessão tendo de seguida dado início à discussão dos assuntos inseridos no

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

O senhor Presidente da Mesa informou que antes de dar conhecimento da correspondência recebida se iria proceder à votação das atas das sessões dos dias vinte de fevereiro e seis de março de dois mil e vinte e seis. Tendo sido enviado aos senhores deputados as versões provisórias das atas, o senhor Presidente da Mesa solicitou aos senhores deputados se tinham a apresentar alterações às mesmas.

Não havendo pedidos de alteração, o senhor Presidente da Mesa submeteu a votação a ata do dia vinte de fevereiro, tendo sido apurado o seguinte resultado:

Número de votantes: vinte e sete;

Votos em contra: zero;

Votos de abstenção: zero;

Votos a favor: vinte e sete.

Em virtude deste resultado a ata número um, foi aprovada por UNANIMIDADE.

O senhor Presidente da Mesa submeteu a votação a ata do dia seis de março de dois mil e vinte e seis, tendo sido apurado o seguinte resultado:

Número de votantes: vinte e sete;

Votos em contra: zero;

Votos de abstenção: zero;

Votos a favor: vinte e sete.

Em virtude deste resultado a ata número um, foi aprovada por UNANIMIDADE

Só dar nota aqui da correspondência recebida e da correspondência enviada. Como correspondência recebida, recebemos vários votos de pesar e de solidariedade relativamente à tempestade Kristin. Recebemos esses votos da Assembleia Municipal de Peniche, Marvão, Maia, Penalva do Castelo, Entroncamento, Alcanena, São Brás de Alportel, Estarreja, São João da Madeira e da Covilhã, como correspondência mais relevante enviada, foi respondido a um requerimento enviado pelo Grupo Municipal Chega, o requerimento número sete relativo a relatórios do técnico Paulo Cardoso, que foi respondido pelos serviços e também foi respondido ao requerimento relativamente às condições materiais.



[Handwritten signature]
corle

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA

ATA N.º 08 DE 30-04-2026

Antes de começarmos as intervenções, dizer que a Mesa recebeu um voto de saudação aos antigos combatentes enviado pelo Grupo Municipal Chega e que eu proponho que seja, votado depois de falarmos dos pontos antes da ordem do dia.

Seguidamente o senhor Presidente da Mesa informou que estava aberto o período de inscrição para uso da palavra.

Terminado o mesmo, o senhor Presidente da Assembleia deu a palavra à senhora deputada Sílvia Moreira que disse: *"Neste caso o texto que vou apresentar é sobre a salvaguarda do património da Zebreira, solicitação de relatório técnico e fotografias de intervenção nos painéis de azulejos. A Escola Primária da Zebreira é um exemplar único no concelho, não apenas pelo seu valor arquitetónico, mas sobretudo pelos seus painéis de azulejos, elementos decorativos singulares que integram a memória coletiva da freguesia e do concelho e o património cultural do nosso território."*

Contudo, continuamos inexplicavelmente, sem acesso ao relatório técnico completo e às fotografias que documentam o processo de conservação e restauro destes painéis, removidos da fachada da escola desde 2023.

O email enviado pelos serviços municipais, portanto há dois dias assinado pela senhora secretária da Senhora Presidente da Câmara, até agradecemos a amabilidade da resposta do email, a senhora limitou-se a dar a resposta pelo email, a resposta que alguém lhe forneceu, mas então vamos à análise, após o email que hoje analisamos confirma várias fases concluídas, mas não fornece qualquer documentação técnica objetiva. O próprio documento refere que "os azulejos permanecem à guarda da CMIN, devidamente acondicionados em depósito no atelier "Stauros", estive a pesquisar não existe página de internet deste atelier apenas uma página de facebook e este atelier pelo que entendemos situa-se na Ponte Sor. Também entendi que não que não é um atelier de conservação e restauro de azulejos, mas sim de obras de arte, ou seja, não deve estar muito bem vocacionado para a área e que existe um "Relatório Técnico de Intervenção ao estado atual. Concluído" — mas esse relatório não foi disponibilizado aos eleitos nem à população.

Mais ainda, o mesmo email descreve procedimentos genéricos — remoção de sujidades, desinfecção, consolidação, colagem, apainelamento — mas não apresenta fotografias, diagnósticos específicos, patologias identificadas, estado de conservação antes e depois da intervenção, nem fundamentação técnica para a decisão de retirar os painéis da fachada.

A verdade é que estes elementos decorativos foram removidos sem que tenha sido apresentada, até hoje, qualquer justificação técnica clara, qualquer parecer independente ou qualquer avaliação de risco que sustentasse tal decisão. A ausência de transparência e de documentação levanta sérias dúvidas sobre o processo, sobre a sua necessidade e sobre a forma como foi conduzido.

Na parte do email que nos foi enviado pela Câmara Municipal, que nem sei como é que consiga adjetivar de tão vago e estranho refere o seguinte: primeira fase, prospeção concluída, prospeção quê, andaram a observar a fachada da escola primária e verificaram onde é que estavam colocados os azulejos, isso é que foi a prospeção. O normal neste tipo de casos é conservação e restauro "in situ", ou seja, no local.

Levantamento dos azulejos segunda fase concluída, levantamento a quê? Análise, diagnóstico, ou significa a retirada dos azulejos e depois a seguir tratamento conservativo, o tratamento conservativo foi feito onde?



[Handwritten signature]
CORA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 08 DE 30-04-2026

já no atelier, foi feito diagnóstico das argamassas que colavam os azulejos à fachada da escola primária? Foram verificadas as patologias?

A Câmara Municipal tem técnicos de conservação e restauro, técnicos de arqueologia, deram parecer sobre a necessidade destes painéis de azulejos terem que ser retirados da fachada. Pelo menos eu acho que é de senso comum retirar painéis de azulejos das fachadas, ainda por cima nós nem sabemos o estado em que se encontra a argamassa que os cola, estamos sujeitos a que eles fiquem partidos e mais danificados, ou seja a retirada dos azulejos podemos comprometer e perdê-los para sempre, ou seja o nosso concelho fica sem este património.

Portanto face a estas falhas que até agora não nos responderam e que não nos foram entregues, por isso, e no exercício legítimo das funções de fiscalização que a lei confere aos eleitos locais, solicitamos formalmente:

A entrega imediata do Relatório Técnico de Intervenção, referido no documento enviado pela Câmara Municipal.

O envio de todas as fotografias que documentem: – o estado original dos painéis na fachada; – o processo de remoção; – o estado dos azulejos após levantamento; – o tratamento conservativo realizado; – o estado atual dos painéis no atelier.

A disponibilização de qualquer parecer, estudo ou recomendação técnica que tenha fundamentado a decisão de retirar os painéis da fachada da escola.

A clarificação sobre o futuro dos painéis, sim, porque pelo que eu entendi, isto é, não sei, surreal. Aquilo que eu entendi, chegou-se ao ponto de se pensar em fazer umas réplicas dos azulejos. Mas porquê? Os azulejos estão assim em tão mau estado?

Esta é uma fotografia do Estado em que estavam, portanto, antes de terem sido retirados.

Hoje em dia nós temos uns plásticos e umas, portanto, uma espécie de tapumes a tapar a fachada da escola primária, que é muito mais interessante, não é para o turista e para nós todos que passamos.

Mas de qualquer modo é assim, se os azulejos estiverem em bom estado de conservação, se foram restaurados de acordo com as regras, o normal será voltar a colocá-los no local e não réplicas.

Mais porque é assim, se nós em Portugal, por todo o lado onde viajamos, temos azulejos do século XVII e XVIII que são conservados, restaurados e as pessoas podem vê-los e estão nos locais.

Porque é que aqui uns azulejos de 1931 não podem voltar à fachada da escola primária da Zebreira?

A história das réplicas só se faz réplicas em último caso. Portanto, a clarificação sobre o futuro dos painéis originais.

A população da Zebreira — e todo o concelho — merece transparência total sobre o destino de um património que é seu. Não podemos aceitar que elementos únicos, que fazem parte da identidade da freguesia, tenham sido removidos sem informação clara, sem documentação acessível e sem uma explicação tecnicamente fundamentada.

A preservação do património não se faz com opacidade, improviso ou decisões políticas sem suporte técnico. Faz-se com rigor, com responsabilidade e com respeito pela memória coletiva.

É isso que hoje aqui exigimos.



Handwritten signature and initials
CORR

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 08 DE 30-04-2026

E também aproveitamos para informar que o Grupo Municipal do Movimento Para Todos vai ter, portanto, o cuidado de se deslocar ao atelier em Ponte de Sor e verificar o Estado em que se encontram os painéis de azulejos. Muito obrigada"

O senhor Presidente da Mesa disse:" só aqui uma nota adicional que eu me esqueci de referir que esta também foi uma da correspondência que foi remetida à Mesa e que eu fiz chegar há dois dias atrás. Do ponto de vista de condução dos trabalhos, eu ia e sugerir que as respostas se fizessem no final do período antes da ordem do dia e respondemos a todas as questões, se concordarem."

O senhor Presidente da Mesa deu a palavra à senhora deputada Cristina Geraudes que disse: "Subo a esta tribuna com o sentido de responsabilidade que o momento exige e com a consciência de que a saúde é o baluarte sobre o qual assenta toda a estratégia de desenvolvimento do nosso concelho.

Abordar a questão da saúde em Idanha-a-Nova é, acima de tudo, discorrer sobre a dignidade de quem aqui escolheu viver, trabalhar e envelhecer, mas também, por imperativo de justiça, falar de uma visão política que não se resigna, que não baixa os braços perante as estatísticas e que não aceita o fatalismo do isolamento.

Não podemos nem devemos dissociar este debate da matriz que nos define como sociedade solidária.

O Serviço Nacional de Saúde, essa conquista civilizacional inalienável, fundada pela mão e pelo humanismo de António Arnaud, foi desenhado para ser o grande nivelador social do Portugal democrático.

Foi pensado para que o código postal de um cidadão não determinasse a qualidade do seu sucesso à cura ou ao alívio do seu sofrimento.

Contudo, sabemos que as assimetrias do interior colocam desafios brutais à concretização plena desse ideal.

E, é precisamente no momento em que o Estado central falha ou vacila que o papel de liderança municipal se torna o último baluarte de defesa das populações.

Quero, por isso, deixar uma palavra de profundo reconhecimento e elogio à Senhora Presidente da Câmara de Idanha-a-Nova e a todo o seu executivo.

Senhora Presidente, o seu esforço tem sido uma verdadeira missão de defesa intransigente no nosso território.

Este executivo superiormente liderado pela Senhora Presidente, deu o passo em frente quando outros preferiram esperar por instruções de Lisboa.

Por isso, quero recordar neste nobre palco que é a Assembleia Municipal de Idanha-a-Nova as razões que sustentam este elogio.

A primeira é a firmeza da vacilação política.

As reuniões estratégicas, mantidas no passado mês de março, tanto com o Conselho de Administração da ULS de Castelo Branco, como diretamente com o Ministério da Saúde, demonstraram que Idanha-a-Nova tem uma voz que se faz ouvir nos centros de decisão.

A sua exigência por médicos e melhores serviços não é uma jogada política é mais do que isso é a necessidade urgente de cada Idanhense que espera por uma consulta médica.

A segunda razão é o pioneirismo do apoio à fixação de médicos.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA

ATA N.º 08 DE 30-04-2026

A aprovação em reunião de Câmara do novo Regulamento de apoio á fixação de médicos com o seu pacote de incentivos financeiros e sociais para que o município de Idanha-a-Nova tem coragem e que não se levantem vozes críticas a falar de custos quando deviam falar de valores.

Esta medida não é um gasto, é um investimento direto na sobrevivência das nossas freguesias.

O custo de ter uma população sem assistência, de ver jovens famílias partirem ou de ter idosos sem acompanhamento, é incomensuravelmente superior ao valor destes incentivos.

Estamos a colocar Idanha na linha da frente da competitividade para atrair talento clínico.

A terceira razão é a saúde de proximidade como realidade e não como chavão.

O investimento contínuo na unidade móvel de saúde, o Cartão Raiano de Saúde 0-114, a introdução histórica da saúde oral no centro de saúde.

Com a georreferenciação, garantimos que ninguém fica para trás, por mais isolada que seja a sua aldeia.

Não estamos a substituir-nos ao Estado central, mas sim a ser parceiros que os idanhenses necessitam.

Enquanto o Estado paga salário base, o Município cria condições de atratividade territorial, casa, escola, integração, que fazem com que cada médico queira ficar na nossa terra, não apenas estar aqui de passagem.

Contudo, Senhora Presidente, esta Assembleia sabe que o esforço hercúleo deste Município não pode nem deve servir de desculpa para a desresponsabilização do poder central.

O Município de Idanha-a-Nova faz a sua parte com brio, mas o estrutural depende da tutela. Por isso, e no seguimento das diligências que Vossa Excelência tem mantido, pergunto: qual é o estado atual dos dossiês de saúde que dependem exclusivamente do Governo?

Houve algum avanço concreto quanto ao financiamento das obras estruturantes nas nossas unidades de saúde?

Houve garantia sobre a colocação efetiva de novos médicos no âmbito dos concursos nacionais para que o nosso regulamento de incentivos possa ter, de facto, candidatos para selecionar?

É fundamental que estejamos sempre atentos e, caso a oposição nesta assembleia possa questionar o impacto orçamental destas medidas, respondemos com a legitimidade de quem coloca a vida humana acima dos algoritmos financeiros. Estamos a responder a uma estratégia social.

O Partido Socialista continuará a ser o garante da defesa do Sistema Nacional de Saúde.

Mas continuaremos também a exigir que o Estado cumpra a sua missão constitucional, para que o investimento de Idanha-a-Nova seja potenciado por uma política nacional que valorize finalmente o interior.

Senhora Presidente, deixo-lhe um desafio, continue esse caminho de persistência, os idanhenses sabem que têm na sua liderança alguém que não irá descansar enquanto houver um munícipe sem a assistência que merece. Muito obrigada."

O senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao senhor deputado João Almeida que disse: "uso da palavra em nome da bancada do Partido Socialista para saudar o executivo e todos os Idanhenses pelo extraordinário roteiro de fé, cultura e identidade que vemos nestes meses de março e abril.

Idanha-a-Nova consolidou-se de forma inequívoca como o verdadeiro concelho da Páscoa em Portugal, transportando os mistérios da Páscoa a um estado de excelência nacional.

Este sucesso é fruto de um esforço incansável da Câmara Municipal em apoiar as nossas tradições.



Handwritten signature and the word "Carck" in blue ink.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 08 DE 30-04-2026

Por isso, é nosso dever elencar a vitalidade das nossas freguesias, manifestada na Romaria de Santa Maria Madalena e na Festa de São Roque no Rosmaninhal, na Senhora da Granja em Proença-a-Velha, em Santa Catarina de Sena no Ladoeiro, no Bodo de Nossa Senhora da Consolação em Salvaterra do Extremo. Em todas observamos a nossa história viva no trajeto das cruzeiras de Monsanto à Senhora da Azenha, na Santa Marinha em Segura e na devoção de São Domingos na Zebreira.

Testemunhamos igualmente a União das Comunidades em Santa Catarina de Alexandria em São Miguel de Acha, no Bodo de Nossa Senhora da Consolação em Monfortinho.

Contudo, Senhora Presidente, é imperativo realçar o elevado sucesso da Romaria da Nossa Senhora do Almortão, a organização exemplar e a moldura humana é impressionante, demonstram que esta é de facto a romaria das romarias.

É a pedra angular da nossa entidade e que este executivo municipal soube uma vez mais dignificar.

Não podemos esquecer ainda a Quaresma. Todas e cada uma manifestação de fé no concelho tem um valor incalculável.

Falo de momentos como a procissão dos homens no Ladoeiro, a descida da Cruz em Monsanto, ver o Nosso Senhor em Idanha, lava-pés em segura e todos os outros não menos importantes, em que as nossas gentes marcam o compasso ritmado da tradição que os nossos antigos tão sabiamente nos deixaram.

Gostaríamos de realçar com particular apreço o esforço pessoal e institucional da Senhora Presidente da Câmara e dos seus vereadores, na presença constante do executivo em cada um destes eventos, por todo o concelho é um gesto de cortesia em bom rigor, é mais do que isso, é um sinal político claro que para esta maioria, cada habitante é prioritário, independentemente da freguesia onde reside estar próximo das pessoas, ouvir as comunidades e partilhar as suas tradições demonstra que não há cidadãos de primeira nem cidadãos de segunda.

Esta proximidade física e afetiva não desvia o executivo da sua missão principal, pelo contrário, esta postura é o motor que impulsiona o foco inabalável da estratégia de engrandecer a Idanha e projetar o nosso território no futuro.

Mas se as romarias são a alma da nossa tradição, o 25 de Abril é o motor do nosso desenvolvimento democrático, queremos expressar uma satisfação profunda pela forma como decorreram as comemorações e, em particular, o relevo dar relevo para a mobilização popular em Oledo.

A resposta do povo não poderia ser sido mais clara: as cidadãs e os cidadãos de Idanha-a-Nova sabem perfeitamente como se vive um espírito democrático, limpo, livre e participado neste nosso Concelho, desmentindo assim teses de um rumor instalado que apenas existe na mente de alguns.

Senhora Presidente da Câmara, todo este brilho não seria possível sem aqueles que garantem o funcionamento do Concelho, esta bancada tece um rasgado de elogio aos funcionários da Câmara, em especial às equipas de água e saneamento, limpeza urbana e recolha de resíduos, bem como à proteção civil.

O seu trabalho silencioso foi determinante para assegurar a qualidade e segurança.

Este reconhecimento estende à GNR, aos bombeiros voluntários, ao agrupamento de escuteiros, às nossas associações e às juntas de freguesia, à Câmara Municipal e a sua Presidente, o nosso reconhecimento pelo empenho em elevar as nossas tradições, em estar junto de todos os Idanhenses e manter viva a chama democrática. Bem hajam."



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA

ATA N.º 08 DE 30-04-2026

O senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao senhor deputado Alberto Umbelino que disse: *"Celebrar os 20 anos do Geopark Naturtejo é celebrar um percurso coletivo, construído passo a passo, a partir do território e das suas comunidades. E é, antes de mais, reconhecer que este caminho começou aqui: em Idanha-a-Nova.*

Foi neste concelho, com uma forte consciência do valor do património natural e cultural, que se afirmou a ideia pioneira de proteger, estudar e valorizar a geodiversidade como base no desenvolvimento sustentável. Locais como Penha Garcia tornaram-se símbolos dessa visão: espaços onde ciência, educação, turismo e identidade local se unem de forma exemplar.

Ao longo destas duas décadas, o Geopark Naturtejo evoluiu de um projeto inovador, o primeiro e maior Geopark português, para um território de referência nacional e internacional, integrado na Rede Mundial de Geoparques da UNESCO. Mas mais do que um selo, esta classificação representou um compromisso com as pessoas, um compromisso com o território e um compromisso com o futuro.

Essa evolução é hoje comprovada por dados objetivos que espelham o impacto real do Geopark no território. Em 2006, ano do reconhecimento do Geopark Naturtejo pela UNESCO, existiam 18 museus e centros de interpretação; hoje são já 44. Nessa altura, encontravam-se marcados cerca de 100 quilómetros de percursos pedestres; atualmente, o território dispõe de mais de 1.115 quilómetros de trilhos sinalizados. Também ao nível da oferta turística o crescimento é expressivo: de 39 unidades de alojamento passou-se para mais de 430, refletindo uma estratégia consistente de valorização e dinamização económica do interior.

Estes dados demonstram como o Geopark funcionou como motor de dinamização económica, criando oportunidades, valorizando produtos locais e fixando atividades em territórios de baixa densidade.

O seu território cresceu como destino de turismo de natureza e de conhecimento, com uma oferta estruturada de percursos pedestres sinalizados, trilhos interpretativos e rotas temáticas que atravessam paisagens únicas e contam milhões de anos da história da Terra. Caminhar no Geopark Naturtejo é caminhar sobre um livro aberto de geologia, mas também de cultura, memória e modos de vida.

Este desenvolvimento não se fez de forma isolada. Resulta de uma parceria intermunicipal sólida, do envolvimento das associações, escolas, universidades, empresários e da população local. Resulta também da aposta contínua na educação, na divulgação científica, na sinalética, nos centros interpretativos e na criação de experiências autênticas ligadas ao território.

Idanha-a-Nova tem aqui um papel absolutamente central. Não apenas pelo seu contributo fundador, mas pela forma contínua como tem integrado o Geopark nas suas estratégias de desenvolvimento local cruzando património, paisagem, cultura, desporto, eventos e qualidade de vida.

Hoje, quando se celebram os primeiros 20 anos, não olhamos apenas para o passado com orgulho. Olhamos sobretudo para o futuro, conscientes de que o Geopark Naturtejo continuará a ser um instrumento estratégico para enfrentar desafios como a coesão territorial, a sustentabilidade, as alterações climáticas e a valorização do interior.

Que estes 20 anos sejam, por isso, não um ponto de chegada, mas um novo impulso que honra a visão inicial nascida em Idanha-a-Nova e que continua a transformar positivamente todo o território, cuja área de atuação abrange Penamacor, Castelo Branco, Vila Velha de Ródão, Proença-a-Nova, Oleiros e Nisa. Muito obrigado.



[Handwritten signature]
Cork

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 08 DE 30-04-2026

O senhor Presidente da Mesa deu a palavra à senhora Presidente da Câmara para responder às questões colocadas nos pontos prévios que disse: "vou então responder às questões dos senhores deputados.

Começo pela deputada *Sílvia Moreira*, foram enviadas algumas questões à Câmara Municipal de Idanha que foram respondidas, quanto às fotografias não foram solicitadas, por isso não foram enviadas.

De qualquer forma, o Movimento para Todos continua a questionar as competências dos serviços da Câmara, dos funcionários desta Câmara.

Nós fizemos o levantamento e recolhemos a informação possível, mas tenho toda a confiança no serviço, não foi ainda durante o nosso mandato, mas, de qualquer forma, são técnicos que estão nesta casa há muitos anos, do qual eu tenho total confiança e por isso, tem total confiança que tanto o procedimento de contratação pública, o atelier escolhido como acompanhamento de todo o processo tenha sido feito da melhor forma.

Também gostaria de questionar se também vai levar, se a visita ao atelier de Ponte de Sor também vai ser realizado por uma empresa qualificada no assunto.

Qualquer questão que não tenha sido enviado no outro e-mail que queiram colocar, ou que colocaram aqui, nós iremos responder, de qualquer forma, foi feito um levantamento junto dos serviços e foram enviadas as respostas e, como digo, não foram enviadas fotografias porque também não foram solicitadas.

Já foi esclarecido nas outras assembleias e e-mails trocados que o atelier restaurou os painéis, o painel está restaurado, mas que não é muito aconselhável recolocar no local.

Pode-se tentar, mas fica à responsabilidade de quem tomar essa decisão e de qualquer forma, não sendo aconselhável, não está no orçamento participativo, mas é óbvio que há intenção, não me vou comprometer com datas, de fazer uma réplica do painel.

Claro que se o atelier recomendasse colocar os azulejos originais, faria todo o sentido colocar.

Quanto às questões da deputada *Cristina Geraldês* sobre a situação da saúde, sem dúvida, temos realizado algumas reuniões também com a Ministra da Saúde, que se comprometeu de vir à região, acompanhar mais de perto o trabalho que desenvolve a direção da ULS.

São muitos os problemas, não são só obras nas extensões de saúde que até as Juntas de Freguesia e a Câmara Municipal têm assegurado, mesmo sem ser da sua competência.

Mas também é preocupante a falta de investimento nas obras e aquisição de equipamentos no hospital, que já a ULS nos tinha transmitido numa reunião e que a Senhora Ministra também está por dentro dessa necessidade.

É um investimento de milhões por isso, a ULS também se tinha deslocado à comunidade intermunicipal para ver se os municípios poderiam, nas obras do PRR, candidatar obras no hospital.

Não o podemos fazer, todos estaríamos disponíveis para ajudar, mas não o podemos fazer, uma vez que o edifício não pertence à Câmara de Idanha, nem pertence à Câmara de Castelo Branco, como é óbvio, cabe ao Governo esses investimentos na saúde, como todos nós sabemos.

Nós vamos fazendo o que podemos e nos permitem fazer, uma vez que não é da nossa competência.

É preocupante, temos, neste momento, 1899 utentes sem médico de família, dito pela direção da ULS, quando esteve aqui a reunir com o executivo.



Carla

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 08 DE 30-04-2026

A Senhora Ministra também tinha dito que iriam abrir todas as vagas possíveis para colmatar as necessidades.

Neste momento, a Câmara de Idanha também está a pagar horas para um médico vir ao centro de saúde, isto tudo articulado com a ULS, como é óbvio, não nos podemos impor.

Também estamos a fazer, a realizar uma auscultação aos médicos para identificar os fatores decisivos para decidirem fixar-se em Idanha, porque eles, sim, lhes podem transmitir as suas necessidades e o que é que os fariam tomar a decisão de ficar em Idanha, isto no âmbito da proposta do Regulamento Municipal de Apoio à Fixação de Médicos de Medicina Geral e Familiar e também gostaria de informar que a ULS, a direção da ULS, quando esteve nesta última reunião, trouxe uma proposta que disse que já tinha apresentado em 2021 ao executivo que eu creio que também não tenha sido bem aceite e também demonstramos que não concordamos que estamos totalmente contra.

A proposta é criar quatro polos em Idanha-a-Nova, no Concelho, seriam um em Idanha-a-Nova, outro em Penha, Garcia, Zebreira e Ladoeiro, e nós, o executivo está totalmente contra esta proposta, mas é intenção deles desde 2021 que a vieram a apresentar, também para vos dar conhecimento disso.

Também gostariam que houvesse balcões nas extensões de saúde onde as pessoas pudessem marcar consultas e também solicitar receitas médicas para colmatar esta falha de médicos nas tensões de saúde.

Isto foi, resumidamente, o que nos foi transmitido pela ULS nessas reuniões e pela Senhora Ministra também.

Depois, respondendo aqui quanto à intervenção do deputado João Almeida, também quero em nome do executivo deixar um agradecimento profundo à população, às comissões de festas, às confrarias, pelo trabalho incansável, toda a sua dedicação.

Temos que valorizar o seu trabalho, porque são eles que mantêm vivas as nossas tradições e é isso que nos distingue enquanto povo Idanhense.

O Senhor Alberto referiu os 20 anos da Naturtejo, quero só apenas dizer que sim, reconhecemos que a Naturtejo e o Geopark Naturtejo, devido ao seu trabalho, aumentaram a notoriedade do território.

Também existe um crescimento de turismo de natureza, evolução no número de visitantes.

Têm sido feito também visitas com as escolas, esse trabalho pedagógico também tem sido muito bem desenvolvido, evolução no número de visitantes, dinamização dos produtos locais e que garante também a preservação ambiental e do património natural.

E temos de reconhecer que o Geopark Naturtejo é um projeto estruturante e duradouro para o desenvolvimento do nosso território e por isso a Naturtejo está de parabéns.

Após as respostas da senhora Presidente, o senhor presidente da Mesa voltou a dar a palavra à senhora deputada Sílvia Moreira que disse: "Senhora Presidente, o que nós já tínhamos pedido na outra vez e que até ao momento não nos foi facultado, foi um relatório técnico, é de conhecimento geral que fazem parte dos relatórios técnicos, fotografias.

Mas, de qualquer forma, informo que nós vamos enviar então um requerimento ao executivo a solicitar oficialmente todos esses documentos.



Handwritten signature and initials
carla

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 08 DE 30-04-2026

Fotografias, relatório diagnóstico, relatório de execução e de relatório de conclusão ao parecer técnico sobre, portanto, a não colocação dos painéis no local.

Porque, relativamente à questão que falou dos serviços da divisão de cultura da Câmara de Idanha, não sei, ela é aqui um conselho, sabe? Eu acho que a Câmara de Idanha já tem um exemplo passado recente, conforme essa divisão não funcionou muito bem.

Temos o caso das obras de arte destruídas da artista Cristina Rodrigues, em que a Câmara teve que pagar uma indemnização bastante avultada e que lesou o erário público.

Portanto, se calhar é melhor começar a verificar bem se os pareceres técnicos estão a ser cumpridos e se está tudo, a funcionar normalmente, porque às vezes nem todos os técnicos são bons gestores ou bons chefes de divisão.

Relativamente à questão da unidade de saúde e já que falaram da saúde, ainda bem que referiu que é uma proposta desde 2021, portanto do governo socialista. Obrigada."

O senhor Presidente da Mesa voltou a dar a palavra à senhora Presidente da Câmara que disse: "Pode enviar todos os documentos que existirem no processo serão enviados que nós não escondemos nada a ninguém.

Quanto à sua análise, quanto aos nossos chefes de divisão ou não, vou deixá-lo consigo, não vou sequer mencionar nada sobre isso. Quanto ao processo judicial que decorreu, também não vou estar a manifestar-me sobre esse assunto."

Após as respostas da Senhora Presidente da Câmara, o Senhor Presidente da Mesa disse: "Eu gostaria de deixar aqui uma nota relativamente ao tema que foi falado pela deputada Cristina Geraldês relativamente à saúde, entendemos aqui também nós na Mesa que este tema da saúde é um tema estruturante e um tema que tem importância elevada para todo o nosso Concelho e para o distrito de Castelo Branco.

Sabemos que a Unidade Local de Saúde atualmente está a trabalhar num plano local de saúde para a Beira Baixa 2030.

Portanto, este plano penso que está alinhado também com as diretrizes atuais do Governo e aqui, à semelhança do que tem acontecido em outras iniciativas dentro da Assembleia Municipal, penso que viria aqui com bons olhos quando este plano estivesse numa fase mais adiantada, questionar o Senhor Presidente da ULS para estar aqui connosco e para apresentar as linhas mestras deste plano e o que é que este plano oferece para o distrito de Castelo Branco e, em concreto, aqui para o Concelho de Idanha-a-Nova?

Portanto, vou tentar todos os esforços para acompanhar este plano e numa próxima Assembleia, fazer com que todos nós possamos conhecer este plano com maior detalhe. Muito obrigado a todos."

O senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao deputado Hugo Rêgo que disse: "O Grupo Municipal do Partido Chega, uma vez que no passado dia 9 de abril se assinalou o dia do combatente, considera tremendamente importante e justo apresentar um voto de saudação aos antigos combatentes e vou passar a expor os motivos.

Como referi no passado dia 9 de abril, assinalou-se o dia dos combatentes, data de profundo significado nacional que evoca a batalha de La Lys, travada em 1918 e homenageia todos os militares portugueses que ao longo da nossa história serviram Portugal em contexto de guerra, conflito ou missão operacional.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA

ATA N.º 08 DE 30-04-2026

Trata-se de uma ocasião de memória, gratidão e justiça para com aqueles que em diferentes gerações colocaram o dever, a coragem e o espírito de missão acima do interesse pessoal, muitas vezes com elevado sacrifício físico, emocional e familiar.

Ao longo do século XX e já no século XXI, milhares de portugueses foram chamados a servir a pátria em diversos teatros de operações, desde a Primeira Guerra Mundial às campanhas no Ultramar, bem como em missões internacionais de paz e cooperação no quadro dos compromissos externos do Estado português.

Uns perderam a vida, outros regressaram, marcados para sempre, por ferimentos, incapacidades permanentes ou traumas invisíveis, como a perturbação de stress pós-traumático.

Importa igualmente reconhecer que durante largos anos, numerosos antigos combatentes não receberam o apoio social, clínico e institucional compatível com os serviços prestados ao país.

Muitos enfrentaram dificuldades no regresso à vida civil, no emprego, na saúde e no reconhecimento público que lhes era devido.

Também no concelho de Idanha-a-Nova residem antigos combatentes e respetivas famílias, cidadãos que integram a nossa comunidade e cujo percurso de vida merece respeito e consideração.

Idanha-a-Nova, terra de forte ligação às Forças Armadas e Defesa Nacional, tem especiais razões para valorizar esta memória e esta herança de serviço.

Saudar os antigos combatentes não é apenas recordar o passado, é afirmar valores permanentes, patriotismo, honra, responsabilidade, solidariedade e respeito por quem serviu Portugal.

Assim, a Assembleia Municipal de Idanha-a-Nova, reunida em Sessão Plenária de 30 de Abril de 2026, saúda todos os antigos combatentes portugueses, reconhecendo o seu contributo para a defesa de Portugal, a sua coragem e o seu sentido de ver.

Presta homenagem à memória de todos aqueles que tombaram ao serviço da nação.

Manifesta solidariedade para com todos os ex-combatentes que enfrentaram e enfrentam dificuldades físicas, psicológicas, sociais ou económicas resultantes do serviço prestado.

Saúda a Assembleia Municipal de Idanha-a-Nova pelo trabalho desenvolvido neste âmbito e que prossiga as iniciativas de reconhecimento público e valorização da memória dos antigos combatentes residentes no Concelho.

Por todos os eleitos no Partido Chega na Assembleia Municipal, quero desde já agradecer e pedir que possam votar favoravelmente esta moção, este voto. Muito obrigado."

O senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao deputado António Marcelo que disse: "Eu não vou pronunciar muito mais, aqui nesta sala eu serei o único combatente que tenho o cartão de combatente. Agradeço, agradeço e é só apenas esta nota especial, porque eu fui um daqueles que fiz no meu período militar durante 30 anos, fiz oito natos ao serviço da nação. Não foram oito dias, foram oito anos. Eu dou um exemplo que acabei de casar, estive oito anos na guerra da Jugoslávia e fiz o Mar Adriático, fiz o Líbano, fiz diversos exercícios militares. Daí uma defesa, este cartão é válido porque numa missão, numa missão de guerra onde estávamos a ser atacados contra mísseis e a minha especialidade é de defesa antimísil. Foi um dos grandes louvores que eu tenho na tropa. Foi defender de um míssil que vinha contra os nossos navios e este cartão que eu tenho aqui de combatente é



Carla

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 08 DE 30-04-2026

derivado ao serviço que eu prestei, portanto, é apenas uma nota e muito obrigado, se calhar sou o único que estou aqui como combatente. Bem haja."

O senhor Presidente da Mesa Assembleia submeteu a votação o voto de saudação aos antigos combatentes, tendo sido apurado o seguinte resultado:

Número de votantes: vinte e sete;

Votos em contra: zero;

Votos de abstenção: zero;

Votos a favor: vinte e sete.

O voto de saudação foi aprovado por Unanimidade.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

PONTO NÚMERO UM – INFORMAÇÃO SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA E SOBRE A ATIVIDADE

DO MUNICÍPIO – o Senhor Presidente da Assembleia informou que neste documento na página 27, o resumo de tesouraria onde se lê 30/01/2026, deve ler-se 31/03/2026 e que estava aberto o período de inscrição para uso da palavra.

Terminado o mesmo, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Deputado António Moreira que disse: "Neste primeiro ponto da ordem de trabalhos cumpre fazer 3 referências. Por um lado, saudar o trabalho feito pelo Serviço Médico-Veterinário Municipal, que merece um elogio, não apenas pelo período restrito a que se reporta este documento informativo, mas pelo trabalho feito ao longo dos últimos anos. Mais precisamente, destacar a gestão de animais de companhia e errantes, seja pela sinalização, documentação, intervenções de esterilização, segundo informação deste gabinete, já foram feitas perto de 400 desde 2024 e tentativa também de garantia a estes animais de um lar, aspeto que, juntamente com o gabinete de comunicação e a associação MUDA, se tem mostrado bastante frutífero. Trata-se, por isso, de uma preocupação em salvaguardar a saúde pública e o bem-estar animal. na mesma senda, mas com as devidas diferenças, frisar o trabalho feito na avaliação sanitária a animais selvagens destinados a consumo humano. A sua imprescindibilidade conjuga-se com a valorização e o impulso do setor cinegético no concelho, que pelas mais de cem zonas de caça e uma área ordenada de aproximadamente 140 mil hectares, faz de Idanha provavelmente a capital nacional da Caça Maior. Por outro lado, saudar o apoio que tem sido dado a diversas instituições do concelho com a assinatura de protocolos, sejam elas IPSS, associações de pendor artístico, científico ou cultural. Exemplos como as associações desportivas da ACDL Casa do Benfica de Idanha-a-Nova, que num escalão de juvenis se sagrou campeão distrital, assim como o Clube de Ténis Idanha-a-Nova, que além da formação de jovens, tem atletas que alcançam destaque nos rankings nacionais. Sem dúvida que o apoio institucional concedido fomenta estes resultados meritórios. Por fim, destacar o indicador financeiro do prazo médio de pagamentos, que está nos 12 dias. Além de, segundo os dados mais recentes da Direção-Geral das autarquias locais, o prazo médio nacional andar superior aos 20 dias, isto revela boa gestão financeira, agilidade nos procedimentos e credibilização do Município perante os seus fornecedores. Obrigado."

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra à Senhora Presidente de Câmara Municipal que disse: "Queria aproveitar a intervenção do Senhor Deputado António Moreira para parabenizar os funcionários do Município pelo excelente trabalho que desempenham. Só assim é possível a Câmara Municipal prestar um bom



R. Yey
Conk

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 08 DE 30-04-2026

serviço aos munícipes e também gostaria de referir que os apoios financeiros que a Câmara Municipal tem estado a atribuir às associações e IPSS, que é de uma importância muito elevada para o funcionamento do concelho. Não são apenas ajudas, mas sim um instrumento central de desenvolvimento social, cultural e económico. Garantem as respostas sociais essenciais, mantêm vivo o associativismo local, promovem a coesão social e dinamizam o território e contribuem para o desenvolvimento económico. Gostaria também de deixar aqui alguns números. Apoios em espécie de novembro a dezembro de 2025 foram 28.945 euros e 53 cêntimos. De janeiro a abril de 2026, 17.574 euros 88 cêntimos, isto tem apoios em espécie às entidades. Apoios financeiros desde o início do nosso mandato, 1.362.972 euros e 41 cêntimos. Dar conta que estamos a trabalhar ainda junto com diversas entidades, a elaboração dos protocolos conforme nos vão chegando os pedidos e a documentação necessária. Por isso ainda vamos assinar mais protocolos. Pronto, só deixar também esta informação, obrigado."

PONTO NÚMERO DOIS – MINUTAS DE CONTRATOS INTERADMINISTRATIVOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS ENTRE O MUNICÍPIO DE IDANHA-A-NOVA E AS JUNTAS/UNIÕES DE FREGUESIA DO CONCELHO – o Senhor Presidente da Mesa informou que estes contratos têm que ser votados individualmente para cada uma das freguesias. A Mesa recebeu uma nota da Junta de Freguesia do Rosmaninhal, onde existia um lapso que diz respeito ao endereço de e-mail que estava no contrato, que a Mesa submeteu para os serviços procederem à devida correção. Portanto, só deixar esta nota e perguntar aos Senhores Deputados se existe alguma questão, alguma nota, algum esclarecimento adicional que queiram colocar? Não havendo.

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra à Senhora Presidente de Câmara Municipal que disse: *"já é do conhecimento de todos a importância dos contratos interadministrativos entre a Câmara Municipal e as Juntas/União de Freguesias, que são fundamentais para a cooperação institucional. E para também darmos uma resposta eficaz às necessidades locais à nossa população, que é quem interessa efetivamente. Os contratos foram trabalhados junto com os executivos das juntas de freguesia e das uniões de freguesia e, por isso, creio que estejam todos de acordo com as vontades de ambas as partes. Só de referir também os contratos foram reforçados no valor de 10.000,00€ cada contrato."*

O Senhor Presidente da Mesa informou que se iria proceder à votação individual destes contratos, portanto, só dar nota também que os Senhores Deputados, que são representantes das Juntas de Freguesia e União de Freguesias, na votação dos seus respetivos contratos, portanto, não vão ter o direito a voto. Vamos começar então pela aprovação do contrato interadministrativo com a freguesia de Aldeia de Santa Margarida.

O Senhor Presidente da Mesa submeteu a votação o CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS ENTRE O MUNICÍPIO DE IDANHA-A-NOVA E A FREGUESIA DE ALDEIA DE SANTA MARGARIDA, tendo sido apurado o seguinte resultado:

Número de votantes: vinte e seis;

Votos em contra: zero;

Votos de abstenção: zero;

Votos a favor: vinte e seis.

Em face deste resultado O CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS ENTRE O MUNICÍPIO DE IDANHA-A-NOVA E A FREGUESIA DE ALDEIA DE SANTA MARGARIDA foi aprovado por UNANIMIDADE.



[Handwritten signature]
corde

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA

ATA N.º 08 DE 30-04-2026

O Senhor Presidente solicitou à Assembleia, conforme pedido da Câmara Municipal, que este ponto da ata fosse aprovado em minuta. Por unanimidade, foi aprovada esta parte da ata em minuta, com a seguinte redação

“FOI DELIBERADO POR UNANIMIDADE DOS PRESENTES COM DIREITO A VOTO, APROVAR A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA RELATIVA ÀS MINUTAS DE CONTRATOS INTERADMINISTRATIVOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS ENTRE O MUNICÍPIO DE IDANHA-A-NOVA E A FREGUESIA DE ALDEIA DE SANTA MARGARIDA”

O Senhor Presidente da Mesa submeteu a votação o CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS ENTRE O MUNICÍPIO DE IDANHA-A-NOVA E A UNIÃO DE FREGUESIAS DE IDANHA-A-NOVA E ALCAFOZES, tendo sido apurado o seguinte resultado:

Número de votantes: vinte e seis;

Votos em contra: zero;

Votos de abstenção: zero;

Votos a favor: vinte e seis.

Em face deste resultado o CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS ENTRE O MUNICÍPIO DE IDANHA-A-NOVA E A UNIÃO DE FREGUESIAS DE IDANHA-A-NOVA E ALCAFOZES foi aprovado por UNANIMIDADE.

O Senhor Presidente solicitou à Assembleia, conforme pedido da Câmara Municipal, que este ponto da ata fosse aprovado em minuta. Por unanimidade, foi aprovada esta parte da ata em minuta, com a seguinte redação

“FOI DELIBERADO POR UNANIMIDADE DOS PRESENTES COM DIREITO A VOTO, APROVAR A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA RELATIVA ÀS MINUTAS DE CONTRATOS INTERADMINISTRATIVOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS ENTRE O MUNICÍPIO DE IDANHA-A-NOVA E A UNIÃO DE FREGUESIAS DE IDANHA-A-NOVA E ALCAFOZES”

O Senhor Presidente da Mesa submeteu a votação o CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS ENTRE O MUNICÍPIO DE IDANHA-A-NOVA E A UNIÃO DE FREGUESIAS DE ZEBREIRA E SEGURA, tendo sido apurado o seguinte resultado:

Número de votantes: vinte e seis;

Votos em contra: zero;

Votos de abstenção: zero;

Votos a favor: vinte e seis.

Em face deste resultado o CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS ENTRE O MUNICÍPIO DE IDANHA-A-NOVA E A UNIÃO DE FREGUESIAS DE ZEBREIRA E SEGURA foi aprovado por UNANIMIDADE.

O Senhor Presidente solicitou à Assembleia, conforme pedido da Câmara Municipal, que este ponto da ata fosse aprovado em minuta. Por unanimidade, foi aprovada esta parte da ata em minuta, com a seguinte redação

“FOI DELIBERADO POR UNANIMIDADE DOS PRESENTES COM DIREITO A VOTO, APROVAR A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA RELATIVA ÀS MINUTAS DE CONTRATOS INTERADMINISTRATIVOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS ENTRE O MUNICÍPIO DE IDANHA-A-NOVA E A UNIÃO DE FREGUESIAS DE ZEBREIRA E SEGURA”



[Handwritten signature]
car

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA

ATA N.º 08 DE 30-04-2026

O Senhor Presidente da Mesa submeteu a votação o CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS ENTRE O MUNICÍPIO DE IDANHA-A-NOVA E A FREGUESIA DE ROSMANINHAL, tendo sido apurado o seguinte resultado:

Número de votantes: vinte e seis;

Votos em contra: zero;

Votos de abstenção: zero;

Votos a favor: vinte e seis.

Em face deste resultado O CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS ENTRE O MUNICÍPIO DE IDANHA-A-NOVA E A FREGUESIA DE ROSMANINHAL foi aprovado por UNANIMIDADE.

O Senhor Presidente solicitou à Assembleia, conforme pedido da Câmara Municipal, que este ponto da ata fosse aprovado em minuta. Por unanimidade, foi aprovada esta parte da ata em minuta, com a seguinte redação **“FOI DELIBERADO POR UNANIMIDADE DOS PRESENTES COM DIREITO A VOTO, APROVAR A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA RELATIVA ÀS MINUTAS DE CONTRATOS INTERADMINISTRATIVOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS ENTRE O MUNICÍPIO DE IDANHA-A-NOVA E A FREGUESIA DE ROSMANINHAL”**

O Senhor Presidente da Mesa submeteu a votação o CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS ENTRE O MUNICÍPIO DE IDANHA-A-NOVA E A FREGUESIAS DE OLEDO, tendo sido apurado o seguinte resultado:

Número de votantes: vinte e seis;

Votos em contra: zero;

Votos de abstenção: zero;

Votos a favor: vinte e seis.

Em face deste resultado O CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS ENTRE O MUNICÍPIO DE IDANHA-A-NOVA E A FREGUESIA DE OLEDO foi aprovado por UNANIMIDADE.

O Senhor Presidente solicitou à Assembleia, conforme pedido da Câmara Municipal, que este ponto da ata fosse aprovado em minuta. Por unanimidade, foi aprovada esta parte da ata em minuta, com a seguinte redação **“FOI DELIBERADO POR UNANIMIDADE DOS PRESENTES COM DIREITO A VOTO, APROVAR A MINUTA DO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS ENTRE O MUNICÍPIO DE IDANHA-A-NOVA E A FREGUESIA DE OLEDO”**

O Senhor Presidente da Mesa submeteu a votação o CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS ENTRE O MUNICÍPIO DE IDANHA-A-NOVA E A UNIÃO DE FREGUESIAS DE MONSANTO E IDANHA-A-VELHA, tendo sido apurado o seguinte resultado:

Número de votantes: vinte e seis;

Votos em contra: zero;

Votos de abstenção: zero;

Votos a favor: vinte e seis.



Carla

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA

ATA N.º 08 DE 30-04-2026

Em face deste resultado O CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS ENTRE O MUNICIPIO DE IDANHA-A-NOVA E A UNIÃO DE FREGUESIAS DE MONSANTO E IDANHA-A-VELHA foi aprovado por UNANIMIDADE.

O Senhor Presidente solicitou à Assembleia, conforme pedido da Câmara Municipal, que este ponto da ata fosse aprovado em minuta. Por unanimidade, foi aprovada esta parte da ata em minuta, com a seguinte redação **“FOI DELIBERADO POR UNANIMIDADE DOS PRESENTES COM DIREITO A VOTO, APROVAR A MINUTA DO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS ENTRE O MUNICIPIO DE IDANHA-A-NOVA E A UNIÃO DE FREGUESIAS DE MONSANTO E IDANHA-A-VELHA”**

O Senhor Presidente da Mesa submeteu a votação o CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS ENTRE O MUNICIPIO DE IDANHA-A-NOVA E A UNIÃO DE FREGUESIAS DE MONFORTINHO E SALVATERRA DO EXTREMO, tendo sido apurado o seguinte resultado:

Número de votantes: vinte e seis;

Votos em contra: zero;

Votos de abstenção: zero;

Votos a favor: vinte e seis.

Em face deste resultado o CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS ENTRE O MUNICIPIO DE IDANHA-A-NOVA E A UNIÃO DE FREGUESIAS DE MONFORTINHO E SALVATERRA DO EXTREMO foi aprovado por UNANIMIDADE.

O Senhor Presidente solicitou à Assembleia, conforme pedido da Câmara Municipal, que este ponto da ata fosse aprovado em minuta. Por unanimidade, foi aprovada esta parte da ata em minuta, com a seguinte redação **“FOI DELIBERADO POR UNANIMIDADE DOS PRESENTES COM DIREITO A VOTO, APROVAR A MINUTA DO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS ENTRE O MUNICIPIO DE IDANHA-A-NOVA E A UNIÃO DE FREGUESIAS DE MONFORTINHO E SALVATERRA DO EXTREMO”**

O Senhor Presidente da Mesa submeteu a votação o CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS ENTRE O MUNICIPIO DE IDANHA-A-NOVA E A FREGUESIA DE PROENÇA-A-VELHA, tendo sido apurado o seguinte resultado:

Número de votantes: vinte e seis;

Votos em contra: zero;

Votos de abstenção: zero;

Votos a favor: vinte e seis.

Em face deste resultado o CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS ENTRE O MUNICIPIO DE IDANHA-A-NOVA E A FREGUESIA DE PROENÇA-A-VELHA foi aprovado por UNANIMIDADE.

O Senhor Presidente solicitou à Assembleia, conforme pedido da Câmara Municipal, que este ponto da ata fosse aprovado em minuta. Por unanimidade, foi aprovada esta parte da ata em minuta, com a seguinte redação **“FOI DELIBERADO POR UNANIMIDADE DOS PRESENTES COM DIREITO A VOTO, APROVAR A MINUTA DO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS ENTRE O MUNICIPIO DE IDANHA-A-NOVA E A FREGUESIA DE PROENÇA-A-VELHA”**



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 08 DE 30-04-2026

O Senhor Presidente da Mesa submeteu a votação o CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS ENTRE O MUNICIPIO DE IDANHA-A-NOVA E A FREGUESIA DE LADOEIRO, tendo sido apurado o seguinte resultado:

Número de votantes: vinte e seis;

Votos em contra: zero;

Votos de abstenção: zero;

Votos a favor: vinte e seis.

Em face deste resultado o CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS ENTRE O MUNICIPIO DE IDANHA-A-NOVA E A FREGUESIA DE LADOEIRO foi aprovado por UNANIMIDADE.

O Senhor Presidente solicitou à Assembleia, conforme pedido da Câmara Municipal, que este ponto da ata fosse aprovado em minuta. Por unanimidade, foi aprovada esta parte da ata em minuta, com a seguinte redação
“FOI DELIBERADO POR UNANIMIDADE DOS PRESENTES COM DIREITO A VOTO, APROVAR A MINUTA DO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS ENTRE O MUNICIPIO DE IDANHA-A-NOVA E A FREGUESIA DE LADOEIRO”

O Senhor Presidente da Mesa submeteu a votação o CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS ENTRE O MUNICIPIO DE IDANHA-A-NOVA E A FREGUESIA DE PENHA GARCIA, tendo sido apurado o seguinte resultado:

Número de votantes: vinte e seis;

Votos em contra: zero;

Votos de abstenção: zero;

Votos a favor: vinte e seis.

Em face deste resultado O CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS ENTRE O MUNICIPIO DE IDANHA-A-NOVA E A FREGUESIA DE PENHA GARCIA foi aprovado por UNANIMIDADE.

O Senhor Presidente solicitou à Assembleia, conforme pedido da Câmara Municipal, que este ponto da ata fosse aprovado em minuta. Por unanimidade, foi aprovada esta parte da ata em minuta, com a seguinte redação
“FOI DELIBERADO POR UNANIMIDADE DOS PRESENTES COM DIREITO A VOTO, APROVAR A MINUTA DO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS ENTRE O MUNICIPIO DE IDANHA-A-NOVA E A FREGUESIA DE PENHA GARCIA”

O Senhor Presidente da Mesa submeteu a votação o CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS ENTRE O MUNICIPIO DE IDANHA-A-NOVA E A FREGUESIA DE TOULÕES, tendo sido apurado o seguinte resultado:

Número de votantes: vinte e seis;

Votos em contra: zero;

Votos de abstenção: zero;

Votos a favor: vinte e seis.



[Handwritten signature]
carck

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 08 DE 30-04-2026

Em face deste resultado O CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS ENTRE O MUNICIPIO DE IDANHA-A-NOVA E A FREGUESIA DE TOULÕES foi aprovado por UNANIMIDADE.

O Senhor Presidente solicitou à Assembleia, conforme pedido da Câmara Municipal, que este ponto da ata fosse aprovado em minuta. Por unanimidade, foi aprovada esta parte da ata em minuta, com a seguinte redação **“FOI DELIBERADO POR UNANIMIDADE DOS PRESENTES COM DIREITO A VOTO, APROVAR A MINUTA DO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS ENTRE O MUNICIPIO DE IDANHA-A-NOVA E A FREGUESIA DE TOULÕES”**

O Senhor Presidente da Mesa submeteu a votação o CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS ENTRE O MUNICIPIO DE IDANHA-A-NOVA E A FREGUESIA DE MEDELIM, tendo sido apurado o seguinte resultado:

Número de votantes: vinte e seis;

Votos em contra: zero;

Votos de abstenção: zero;

Votos a favor: vinte e seis.

Em face deste resultado O CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS ENTRE O MUNICIPIO DE IDANHA-A-NOVA E A FREGUESIA DE MEDELIM foi aprovado por UNANIMIDADE.

O Senhor Presidente solicitou à Assembleia, conforme pedido da Câmara Municipal, que este ponto da ata fosse aprovado em minuta. Por unanimidade, foi aprovada esta parte da ata em minuta, com a seguinte redação **“FOI DELIBERADO POR UNANIMIDADE DOS PRESENTES COM DIREITO A VOTO, APROVAR A MINUTA DO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS ENTRE O MUNICIPIO DE IDANHA-A-NOVA E A FREGUESIA DE MEDELIM”**

O Senhor Presidente da Mesa submeteu a votação o CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS ENTRE O MUNICIPIO DE IDANHA-A-NOVA E A FREGUESIA DE SÃO MIGUEL DE ACHA, tendo sido apurado o seguinte resultado:

Número de votantes: vinte e seis;

Votos em contra: zero;

Votos de abstenção: zero;

Votos a favor: vinte e seis.

Em face deste resultado o CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS ENTRE O MUNICIPIO DE IDANHA-A-NOVA E A FREGUESIA DE SÃO MIGUEL DE ACHA foi aprovado por UNANIMIDADE.

O Senhor Presidente solicitou à Assembleia, conforme pedido da Câmara Municipal, que este ponto da ata fosse aprovado em minuta. Por unanimidade, foi aprovada esta parte da ata em minuta, com a seguinte redação **“FOI DELIBERADO POR UNANIMIDADE DOS PRESENTES COM DIREITO A VOTO, APROVAR A MINUTA DO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS ENTRE O MUNICIPIO DE IDANHA-A-NOVA E A FREGUESIA DE SÃO MIGUEL DE ACHA”**



[Handwritten signature]
carla

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 08 DE 30-04-2026

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Deputado Daniel Fonseca que disse: "o Movimento Para Todos apresenta nos termos regimentais aplicáveis, a presente nota de protesto formal relativamente às irregularidades verificadas nos documentos remetidos à Assembleia Municipal e ao processo deliberativo que lhes deu origem, irregularidades essas que configuram violação de normas legais imperativas e comprometem a transparência e a legalidade da atuação municipal.

Ponto número um, os documentos referentes aos pontos, três - Relatório de Gestão e Prestação de Contas 2025 e ao ponto cinco - Primeira alteração ao mapa pessoal 2026, não indicam o sentido de voto individual de todos os vereadores, limitando-se a referir as propostas foram aprovadas por maioria.

Tal omissão constitui violação direta da Lei 75/2013, de 12 de setembro, cujo artigo 56 no seu número 2, determina expressamente que o sentido de voto de cada membro do órgão executivo deve constar das deliberações. A ausência desta informação configura vício de forma e impede o controlo democrático sobre a atuação dos eleitos.

Embora a Lei número 75/2013 atribua ao Presidente da Câmara a competência formal de submeter as contas, é entendimento consolidado, e prática reiterada na Administração Pública que os documentos de prestação de contas refletem a gestão de todo o executivo, implicando responsabilidade colegial.

Compete à Câmara Municipal elaborar e aprovar os documentos da prestação de contas, incluindo relatório de gestão e demonstrações financeiras. Como documentos de gestão, devem ser assinados pelos membros do executivo que os aprovam, garantindo a sua responsabilização perante a Assembleia Municipal e o Tribunal de Contas.

A ausência de assinaturas e de responsabilização individual constitui falha grave e contrária aos princípios da boa administração.

Ponto número três, no documento relativo ao ponto 4, Segunda Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2026, é afirmado que a proposta foi aprovada por unanimidade.

Tal afirmação é falsa, estou-me a referir a este documento, as vereadoras do Movimento Para Todos receberam a documentação apenas meia hora antes do início da reunião do executivo, impossibilitando a análise adequada e violando os prazos legais de disponibilização prévia da informação prevista no artigo 29º da Lei 75/2013 e no Código do Procedimento Administrativo.

Perante esta irregularidade, as vereadoras não votaram o documento e declararam expressamente que o mesmo não reunia condições legais para ser submetido a votação.

Ainda assim, o documento remetido a esta Assembleia afirma unanimidade, distorcendo a verdade dos factos e configurando falsidade material em documento administrativo.

Ponto número quatro, a violação dos princípios da transparência, rigor e legalidade, a apresentação de documentos que não refletem a realidade das votações, que omitem a informação obrigatória e que contêm afirmações falsas, compromete a credibilidade do processo democrático, viola os princípios da transparência, legalidade e boa-fé administrativa (artigos quinto, sexto e décimo do CPA) e afeta o regular funcionamento das instituições.

Ponto número cinco, acresce que a submissão a esta Assembleia Municipal de matérias desta natureza, para efeitos de análise e escrutínio, sem que as respetivas atas das reuniões do executivo tenham sido previamente



[Handwritten signature]
ark

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 08 DE 30-04-2026

aprovadas, constitui violação dos princípios da transparência, da legalidade e da boa administração, consagrados nos artigos quinto, sexto e décimo do CPA. A situação é agravada pelo facto da última ordem de trabalhos do Executivo, datada de 23 de abril, enunciar como pontos a aprovação, e passo a citar, a “aprovação da Ata de reunião ordinária pública de 31 de março de 2026, a “aprovação da Ata de reunião ordinária privada de 9 de abril de 2026” e a “aprovação da Ata de reunião extraordinária de 14 de abril de 2026, ao abrigo do número 2 do artigo 57 da Lei 75/2013, quando, na realidade, tais aprovações não ocorreram.

A divulgação pública das ordens de trabalho, obrigatoriamente publicadas em edital, que não correspondem aos atos efetivamente praticados, viola o dever de veracidade da Administração, compromete a confiança dos cidadãos e impede o exercício pleno das competências fiscalizadoras desta Assembleia Municipal.

Face ao exposto, os documentos apresentados indiciam vício de forma, violação das normas legais, imperativas e incumprimento do CPA.

Assim, o Movimento Para Todos solicita que sejam formalmente retirados da ordem de trabalhos e, repito, sejam formalmente retirados da ordem de trabalhos até que a documentação seja corrigida e apresentada em conformidade com a lei, os seguintes pontos.

Ponto número 3, relatório de gestão e prestação de contas 2025; ponto número 4, segunda revisão ao orçamento e grandes opções do Plano de 2026 e ponto número 5 primeira alteração ao mapa de pessoal de 2026.

Solicitamos ainda a entrega de cópias das atas do executivo devidamente aprovadas e assinadas referentes aos pontos em apreço, de forma a permitir o escrutínio rigoroso das deliberações.

Recomendamos que, para futuras reuniões do executivo, em nome de transparência e respeito pelo processo democrático, solicitamos que as ordens de trabalho das reuniões do executivo passem a ser publicadas em edital, redigidas de forma clara, concretas e que discriminem apenas os assuntos efetivamente abordados e deliberados.

Nos termos do Regimento da Assembleia Municipal, queremos que o presente protesto seja integralmente transcrito na ata da sessão.

Esta nota de protesto visa assegurar que a atuação municipal decorre dentro dos parâmetros legais, éticos e democráticos que a população tem direito de exigir. Muito obrigado.”

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra à Senhora Presidente de Câmara Municipal que disse: “uma vez que estes assuntos apresentados pelo Deputado Daniel carecem de análise dos serviços administrativos e jurídicos, E também a análise das atas, como poderiam também ter enviado ao Presidente da Assembleia Municipal um ofício, um e-mail a colocar essas questões e hoje já estaríamos possivelmente ou a adiar ou a discutir estes assuntos, uma vez que decidiram fazê-lo só no momento, proponho ao Senhor Presidente da Assembleia, se for permitido, então a retirada para ser analisado pelos serviços administrativos e jurídicos para ser dada então uma resposta, uma vez que neste momento os serviços não poderão fazê-lo, a não ser que queiram passar mais algumas horas para receberem a resposta.”

O Senhor Presidente da Mesa disse: “penso que a Mesa deve colocar à consideração de todos os Deputados municipais se estes pontos que o Senhor Deputado Daniel Fonseca mencionou, uma vez que não tivemos tempo útil de fazer esta análise e que penso que agora, em sessão da Assembleia, não teremos tempo útil



Handwritten signature and initials
CORK

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA

ATA N.º 08 DE 30-04-2026

de a fazer, portanto, eu coloco à consideração dos Senhores Deputados municipais se entendem que estes pontos deverão efetivamente ser retirados da ordem de trabalhos, os pontos 3, 4 e 5."

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Deputado Filipe Goulão que disse: "a questão que foi suscitada, obviamente, carece de uma análise jurídica e o que eu pedia era que houvesse uma suspensão dos trabalhos para proceder a essa análise, uma vez que o Movimento Para Todos suscitou as questões em Assembleia, há prazos para entrega de alguns documentos ao Tribunal de Contas e se há alguma situação de possibilidade de ultrapassar essa irregularidade que foi detetada, se efetivamente existe, porque só tivemos conhecimento dela agora.

Por isso, o que eu propunha era a suspensão dos trabalhos para fazer uma análise prévia às questões todas suscitadas que tivemos apenas conhecimento agora, se forem ultrapassáveis podemos retomar os trabalhos, se não forem ultrapassáveis, tentar arranjar uma solução no sentido de colmatar também a necessidade de apresentação de documentos ao Tribunal de Contas. Parece-me que seria mais eficiente, não sei se concordo com a proposta."

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra à Senhora Presidente de Câmara Municipal que disse: "Senhor Presidente da Assembleia, algumas questões já podem ser respondidas no momento pelos serviços, há outras que careçam mais de análises, podemos suspender efetivamente os trabalhos e fazermos essa análise, mas algumas questões já podem ser respondidas pelos serviços administrativos e jurídicos."

O Senhor Presidente da Mesa disse: "então face ao exposto e face a não haver, penso que algumas questões daquilo que entendi poderão ser de fácil resposta por parte dos serviços, outras não.

Portanto, aquilo que eu propunha era que se suspendessem os trabalhos durante 1 hora, se todos concordarem, suspendemos os trabalhos durante 1 hora e voltamos ao meio-dia e um quarto para fazer a análise dos pontos que foram colocados pelo Senhor Deputado Daniel Fonseca."

Foram entregues à Mesa três certidões das minutas da Reunião de Câmara do dia 14-04-2026, o Senhor Presidente da Mesa, reiniciou os trabalhos dizendo: "vamos então reiniciar os trabalhos que foram suspensos às onze e um quarto. As minhas desculpas, tínhamos combinado para começar ao meio-dia e um quarto, mas a recolha de informação por parte dos serviços levou mais algum tempo.

Passava então a palavra à Senhora Presidente relativamente aos temas do número 3, ou quem a Senhora Presidente. delegar para fazer a apresentação."

A Senhora Presidente da Câmara Municipal disse: "então solicito aos serviços administrativos para responderem às questões do Senhor Deputado Daniel referente a este ponto."

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Dr. João Joia que disse: "eu só peço é que me leiam as questões porque eu não tenho aqui o documento para poder responder."

O Senhor Presidente da Assembleia disse: "Relativamente ao ponto três a prestação de contas não indicava o sentido de voto individual de todos os vereadores, esta era uma das questões."

O Dr. João Jónia disse: "Se repararem ao longo destes anos, todos os sentidos de voto vão por maioria ou por unanimidade e não vai refletido no carimbo quem votou contra ou a favor. Isso é refletido na ata. Há a veracidade de que, por sobrecarga do serviço, as atas não conseguiram ser aprovadas atempadamente e a solução para este problema que tudo na vida tem solução, só se as pessoas não quiserem é aprovar as atas dos pontos em



carik

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 08 DE 30-04-2026

minuta, que é o que está também refletido nas atas e foi aprovado por unanimidade logo na primeira reunião que as atas poderiam ser aprovadas em minuta.

Portanto, as atas, os pontos peço perdão, poderiam ser aprovados em minuta. Como solução para este problema e de forma que os trabalhos prossigam e se os Senhores Deputados, assim o entenderem, foram feitas três minutas dos pontos em análise que foram entregues aos Deputados de cada bancada. Podem tomar algum tempo para ler as minutas, que também não são muito grandes ponto a ponto e se assim entenderem depois retomar a votação dos pontos se concordarem.

Agora, como refiro os carimbos e os sentidos de voto estão corretos quando vocês referem que a segunda revisão foi aprovada por unanimidade, e que não estava correto, ela está correta porque no documento, foram aprovadas por unanimidade porque as Senhoras vereadoras Vera e Maria do Almurtão não quiseram votar este ponto, ausentaram-se da sala, não estavam lá, ausentaram-se da votação, ou seja, só votaram 3 vereadores, portanto, e está refletido na ATA que só votaram 3 vereadores, elas não quiseram votar. Houve quórum que votaram foi aprovado por unanimidade com os que votaram porque elas não votaram, não exerceram o direito de voto. É o que está na ATA.

O Senhor Presidente da Mesa usou da palavra dizendo: "A primeira resposta que foi dada, dizia efetivamente respeito aos esclarecimentos. Dizia respeito ao ponto 3, portanto, do relatório e gestão e prestação de contas de 2025 e ao ponto 5 a primeira alteração do mapa pessoal. A primeira explicação que foi dada fazia referência a estes 2 pontos. O último ponto que foi explicado, dizia respeito ao ponto quatro, à segunda revisão do orçamento."

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra à Senhora Presidente de Câmara Municipal que disse: "ainda quanto ao ponto relativo ao relatório de gestão e de prestação de contas, eu gostaria também que o nosso consultor externo completasse aqui a informação para melhor ficarem esclarecidos os Senhores Deputados."

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Doutor Pedro Patrício que disse: "estive conjuntamente com os serviços a analisar as questões que foram colocadas pelo Movimento Para Todos e no fundo, reforçando um pouco aquilo que o João acabou de dizer, explicar o seguinte, o que é feito no município de Idanha há muitos anos e que é feito transversalmente nos municípios e nas entidades públicas em Portugal, é que as aprovações são feitas em minuta porque se não forem feitas em minuta só após a Ata aprovada é que podem tornar eficácia. E o que se verifica em todas as atas que são aprovadas recorrentemente no executivo, as aprovações foram sempre feitas em minuta. Havia aqui uma questão que é aquilo que o João acaba de transmitir, que como as atas normalmente são aprovadas ainda atempadamente, até porque no momento das assembleias para a aprovação do orçamento e de contas, o prazo desta Assembleia é bastante alargado. Não é normal que os regimentos, isto não é uma crítica, é uma constatação de um facto. Não é normal que os regimentos das autarquias tenham um prazo tão alargado para a receção dos documentos. Faz com que normalmente exista uma outra reunião entre a reunião de aprovação ou do orçamento, ou das contas, ou dos documentos que, no fundo, vêm ser apresentados ao órgão deliberativo e há uma reunião posterior que permite aprovar a ata. Por razões que o João já identificou, não foi possível fazer esta aprovação das atas na última reunião de Câmara. Elas tiveram, salvo erro, previstas para a aprovação, estavam elencadas na ordem de trabalho, mas não estavam prontas para ser submetidas à aprovação e foram retiradas. Isto não significa que faça com que os atos não estejam válidos. Os atos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA

ATA N.º 08 DE 30-04-2026

estão válidos porque foram nas reuniões aprovadas em minuta. O que é que devia ter sido feito e foi suprido neste momento? Não foi elaborada a minuta no momento relativo à aprovação, mas ela existiu. Aliás, aquilo que me foi transmitido, houve a concordância integral de todos os membros do executivo, inclusive os vereadores da oposição, de aprovarem, por unanimidade, a aprovação em minuta das deliberações. Portanto, isto transforma a eficácia dos atos. Portanto, todos os atos foram praticados na Câmara e estando garantida a legalidade, e faço este à parte, por causa da questão da revisão, que terá que ser analisada de uma outra forma, estando garantida a legalidade dos atos, e que me parece que não é questionável, quer da questão do mapa pessoal, quer da questão das contas. Estes atos são válidos e, como tal, a Assembleia pode-se pronunciar sobre os documentos que lhe são colocados à apreciação.

Acrescentar e esclarecer, relativamente à conta de gerência, o que quer que venha a ser decidido, e na minha opinião há condições do documento ser votado, o documento já está aprovado. Ou seja, há uma grande confusão nos órgãos liberativos e já participei em alguns e já prestei este esclarecimento em várias assembleias, que há um entendimento de quem aprova as contas de gerência é o órgão deliberativo não é correto. A lei é clara, quem aprova orçamentos, quem aprova as revisões dos orçamentos é o órgão deliberativo. Por proposta da Câmara Municipal, quem aprova as contas de gerência é a Câmara Municipal, porque foi quem a executou. O que a Assembleia faz quando aprecia o documento é analiso-o e voto. Mas este voto é um voto qualitativo, no fundo, dar um voto de qualidade ao documento, por um lado, e àquilo que foi a gestão do executivo, não a aprovação efetiva do documento. Ou seja, o facto do documento não ser eventualmente apreciado hoje não significa que ele não esteja já aprovado e que não vá ser submetido aos órgãos competentes. Já agora clarificando que não era preciso estar aqui a minuta da ata para que na informação que é prestada ao Tribunal de Contas ter que ser obrigatoriamente dito qual foi o sentido de voto de cada um dos membros do órgão executivo, porque isso é exigido pelo próprio Tribunal de Contas, portanto, deixar isto claro.

Aproveitava para esclarecer aos pontos todos, uma vez que o protesto apresentado pelo Movimento Para Todos foca também o ponto da revisão na revisão. Estamos aqui perante uma situação diferente há efetivamente uma constatação de um atraso na entrega do documento aos vereadores, não só de que estão em permanência, como de não permanência. Entenderam as vereadoras do Movimento Para Todos que não havia condições de votarem o documento, uma vez que ele tinha sido entregue no momento, e Lei aí é clara, os documentos não foram apresentados, com 48 horas úteis de antecedência, não estão em condições de ser votados, a não ser que os vereadores assim entendam e estão a ser gentis nesse sentido, em que há condições de os votar. Numa situação normal, se estivéssemos perante, por exemplo, uma alteração orçamental, Este ato será sempre facilmente anulável, mas seria anulável pelas vereadoras porque diriam que aquele ato é irregular que não foi apreciado devidamente e que deveria voltar a uma nova reunião de Câmara. Neste caso, aquilo que eu queria transmitir à Assembleia e deixar à consideração da Assembleia é que aquilo que o executivo deliberou foi apenas a remessa à Assembleia, porque o órgão que efetivamente vai aprovar ou não a revisão é a Assembleia e não o executivo. Portanto, estamos perante um ato que, ainda que administrativamente não tenha cumprido todos os formalismos, eu penso que pode ser suprido, assim o entendo, pela Assembleia, uma vez que é a Assembleia que vai aprovar o documento. Tecnicamente, explicar também que este documento não traz nada, e entrando já numa questão de explicação técnica do documento, não traz nada de especial. Neste momento o que tem é a necessidade de



R. J.
Capic

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 08 DE 30-04-2026

introduzir uma rubrica de reposições não abatidas aos pagamentos, explicando tecnicamente o que isto significa, algo que nós pagámos no passado e que nos foi restituído porque tinha sido indevidamente pago, ou um pagamento adicional e vai ser restituído ao município. Um dos valores era o valor da CIME que inicialmente estava previsto na receita como transferências de capital no orçamento, indevidamente. Esse valor já deu entrada nos cofres do município e é preciso só fazer um ajustamento contabilístico. Ser feito em abril, ser feito em junho, é indiferente. Aquela rubrica acautela um montante que está associada a uma verba que foi restituída, residual, e que a tesouraria, os serviços não têm condições de dar entrada enquanto a rubrica não for criada, ou seja, não é nada dispersivo. Não estamos aqui a alterar substancialmente o orçamento. Penso que não é nada que a Assembleia, até porque recebeu a temporada dos documentos, não tenha condições de votar, terá todas as condições de o fazer. Agora, tendo havido uma falha administrativa anterior, entendo que possam retirar o ponto. Não me parece que não haja condições de suprir esta falha com o compromisso na reunião a Senhora Presidente, se me permite vou usar as palavras que tive na reunião ainda há pouco que de futuro, só em casos muito excecionais, é que situações destas poderão acontecer e aquilo que foi prática durante algum tempo em apresentarem-se documentos fora do prazo ao executivo passarem a ser cumpridos as 48 horas úteis para que situações destas não sejam repetidas. Portanto, penso, na minha opinião, que juridicamente temos condições, haverá aqui esta questão da revisão, porque a Assembleia será sempre soberana, mas nos outros 2 pontos administrativamente, a situação está suprida, não foi elaborada a minuta, mas isso não significa que não tenha havido uma aprovação em minuta por parte do órgão competente, que é que é a Câmara Municipal e as Senhoras vereadoras poderão constatar se sim ou não verídico aquilo que está a ser transmitido neste momento e, como tal, o ponto 3 e 5, haverá condições de votar o ponto 4, na minha opinião, também porque a Assembleia será soberana e tem condições de sanar o vício que foi praticado na Câmara, mas deixo à consideração se sim ou não. pretendem votar o ponto?

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra à Senhora Presidente de Câmara Municipal que disse: *“só informar que após a reunião do dia 14 de abril onde foi apresentado o relatório das contas, já pedi ao gabinete de apoio ao Presidente para enviarem um e-mail a todas as divisões a dizer que estavam proibidos de apresentar documentação fora do prazo previsto no Regimento. É óbvio que há casos excecionais e esses casos serão presentes em reunião do executivo e quem achar que deve votar, vota e quem não achar, não vota. Mas já solicitei aos serviços que não volte a acontecer a entrega de documentação para discussão nas reuniões do executivo quando não cumpram os prazos previstos no Regimento.”*

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra à Senhora Deputada Sílvia Moreira que disse: *“relativamente à nota de protesto formal que o movimento apresentou, mantemo-la, nós não vamos votar nada. Os documentos para nós não cumpriram nada, portanto estão ilegais, portanto nós não vamos votar nada. E já agora aproveito para as ordens de trabalho para o executivo passem a ser como já referimos publicitadas em edital e claras não é com quarenta e um pontos e depois aparecem três folhas. Porque ordens de executivo de clínica geral acho que também não são legais. Obrigada.”*

O Senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao Deputado Hugo Rêgo que disse: *“mais uma vez, tendo em conta o imbróglio aparente que está aqui apresentado e assumi também pelo Senhor que fez aqui a explicação que efetivamente haverá algumas inconformidades e também em relação àquilo que foi apresentado aqui pelo Movimento Para Todos que eu ainda não tive a oportunidade de ler o documento, mas que haverá ilegalidades e eu*



Handwritten signature and initials
carla

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 08 DE 30-04-2026

considero que seria correto que os pontos fossem retirados e que o assunto fosse resolvido, não sendo votarei sobre protesto ou votaremos o grupo municipal do chega votaremos sobre protesto contra sob protesto, porque eu gosto que as coisas, sigam uma linha e aparentemente a linha aqui desviou-se. Portanto, era isto que eu queria dizer. Muito obrigado."

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra à Senhora Presidente de Câmara Municipal que disse: "quanto à ordem de trabalho das reuniões do executivo, as Senhoras Vereadoras podem falar sobre isso nas reuniões do executivo, em representação do Movimento Para Todos. De qualquer forma, qualquer pessoa que esteja aqui, que já foi a autarca, que tenha essa experiência, sabem, colocam-se os serviços, colocam os pontos todos porque pode surgir a necessidade de ser votado alguma, algum documento com carácter de urgência e é apenas isso. E já isso é feito nesta casa e creio que em outras está aqui o consultor externo que trabalha com imensos municípios, que pode também falar sobre essa experiência que são colocados os pontos sempre foram. No anterior mandato também era assim, nos anteriores executivos também foi assim. Aliás, tantas as questões que estão aqui a ser colocadas referente às reuniões do executivo e da Assembleia estão aqui presentes. A maioria dos Deputados já não são novos nestas funções, nem enquanto Presidente de Junta, nem enquanto Deputados e sabem que sempre votaram desta forma e com a entrega dos mesmos documentos não quer dizer que tenhamos que fazer sempre assim, teremos que sempre corrigir e melhorar. Agora há questões que estão a ser levantadas, que sempre votaram com a mesma entrega de documentos e com a falta daqueles que estão a dizer que não foram entregues. Todas essas estas situações que foram aqui levantadas já foram verificadas aos anos nas Assembleias e nas reuniões e essas pessoas votaram, não digo todos, não é para todos, mas há muitos que sabem que sim, que já o fizeram nunca levantaram essas questões.

Quanto à prestação de contas, segundo os nossos serviços administrativos, jurídicos e externos, creio que possam pôr à votação a apresentação do relatório de contas pela Doutora Cristina Preguiça quanto à revisão, como o nosso consultor externo, referiu, podemos deixar para outra reunião da Assembleia não há qualquer problema, atrasa-se apenas os ajustes nas rubricas, que é só disso que se trata, não se trata de mais nada, não é, não altera o valor do orçamento, não tem qualquer implicação nesse sentido, apenas era uma alteração de classificação de capital para corrente, não tem qualquer implicação mais grave, fica à decisão da Assembleia, a votação ou não da revisão, agora do relatório de contas segundo os serviços, creio que não haja inconvenientes."

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra à Senhora Deputada Sílvia Moreira que disse: "perante estes esclarecimentos da Senhora Presidente de Câmara, que nos referiu que, afinal, este hábito destas reuniões, destas ordens de trabalho de clínica geral, já ser dos mandatos anteriores e que sempre foi assim, portanto, que os documentos sempre foram apresentados desta forma, agradecemos e o Movimento Para Todos quer que estas declarações da Presidente da Câmara fiquem registadas em ata da Assembleia, porque só ficamos todos a saber que afinal sempre foram ilegais."

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra à Senhora Presidente de Câmara Municipal que disse: "eu não disse que são ilegais e, aliás, duvido que o sejam, porque não andávamos anos a cometer ilegalidades. Como pode perguntar aos seus colegas Deputados e às Senhoras vereadoras que estão neste mandato e nos anteriores se acham que estão a cometer uma legalidade ou permitir isso, de qualquer forma, está sempre a dizer



[Handwritten signature]
carla

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA

ATA N.º 08 DE 30-04-2026

para ficar em ata. Eu acho que as reuniões tanto do executivo como da Assembleia Municipal são gravadas e que tudo passa para a ata."

O Senhor Presidente da Mesa referiu que toda a informação que é falada e dada na Assembleia é transmitida para a ata da respetiva sessão.

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Deputado António Moreira que disse: "também muito rapidamente sobre nomeadamente sobre aqui a questão levantada de se poder discutir ou não o ponto número 3 do relatório de gestão e prestação de contas, enfim, eu acho que aí a argumentação apresentada do artigo 56 número 2 não tem qualquer correspondência com aquilo que está no artigo, alguma correspondência legal que possa levar ou não à votação deste documento portanto não sei se foi algum lapso do Movimento Para Todos porque nem correspondência verbal nem interpretação extensiva do artigo permitiu esta gestão e prestação de contas é sobre a execução do orçamento desde o dia 1 de janeiro de 2025 até ao dia 31 de dezembro de 2025 o que não vai depois afetar de maneira alguma os outros dois pontos a seguir. Depois também nos pontos a seguir, já foi aqui levantada a questão do não cumprimento dos 2 dias úteis, o que aí, enfim, já foi dito pela Senhora Presidente da Câmara e pelo auditor externo, que depois vai caber à Assembleia perceber se é ou não votado esse ponto, mas também dizer que cabe, claro, a esta Assembleia, por via, nomeadamente da Mesa, assegurar a conformidade legal de todos os documentos que aqui chegam, mas isso também não significa necessariamente que haja uma competência ou um poder tanto no regimento como todos os diplomas legais. Falo do regimento jurídico das autarquias locais, o CPA, que permite efetivamente aos membros desta Assembleia retirar formalmente os pontos de ordem de trabalhos. Cabe sim depois haver essa conformidade, esse asseguramento da conformidade por parte da Mesa. Era isso que eu queria dizer, isto acabou por ser fora esta questão do prazo de dois dias úteis, acabou por ser aqui uma esgrima entre dois exercícios interpretativos, vocês dizem que é ilegal, eu digo que não é ilegal e não nos compete a nós efetivamente ter o juízo final porque são exercícios interpretativos e isso faz com que isso não impeça que haja a votação do documento mais importante que é a prestação de contas. Se os Senhores Deputados acharem que posteriormente assim não deve ser, têm também a competência de denunciar este ato administrativo, mas isso não impede a votação deste documento. Obrigado, Senhor Presidente."

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra à Senhora Presidente de Câmara Municipal que disse: "solicito novamente ao nosso consultor externo, Pedro Patrício, que venha esclarecer a questão da legalidade ou ilegalidade, uma vez que os Senhores deputados não estão esclarecidos da revisão, como é óbvio."

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Doutor Pedro Patrício que disse: "como eu transmiti há pouco, o que está aqui em causa não é uma questão de legalidade ou não legalidade. O que está aqui em causa não é tanto uma questão de legalidade ou não legalidade dos atos. O que está aqui em causa é apenas na matéria da revisão haver um ato que pode ser pedida a nulidade do mesmo por parte das vereadoras da oposição e só elas, a Assembleia não tem o direito de fazer pedido dessa nulidade, porque a quem não foi entregue o documento atempadamente foi aos vereadores da oposição, portanto que se ausentaram da sala invocando precisamente esse motivo. Não sendo pedido a nulidade desse ato, até porque marcaram a sua posição, manifestaram que devia ter sido entregue o documento atempadamente. Mas se entenderem que não o devem fazer neste momento o documento que é apresentado à Assembleia é válido. Sendo uma questão que mais tarde pode vir até porque o prazo ainda está a decorrer para o pedido da nulidade de este ato por parte das vereadoras,



[Handwritten signature and initials]
carik

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 08 DE 30-04-2026

pode vir a ser colocado em questão e se a Assembleia não sente condições para o apreciar, a Senhora Presidente já o transmitiu tecnicamente isto é uma mera ajustamento técnico ao orçamento, nada obsta que volte a ser levada à reunião de Câmara proximamente e que seja apresentado na próxima reunião da Assembleia Municipal. Relativamente ao ponto 3 e ao ponto 5 que não há nenhuma questão ilegal. A única legalidade que podia aqui ser traduzida era a Senhora vereadora, uma vez que é a única que está presente, não confirmar que nas reuniões os atos são aprovados por minuto e que unanimemente o têm feito. Portanto, se a própria Senhora vereadora, que ainda está presente, e os restantes membros do executivo confirmam que a aprovação é feita em minuta, os atos são todos válidos a partir do momento que a reunião termina. Portanto, com exceção da revisão orçamental, que me parece que não haverá necessidade de estar a ser levantado aqui um expediente administrativo e que o próprio Senhor Presidente poderá retirá-lo, se assim o entender, porque não há uma urgência imperiosa que o documento seja apresentado, todos os outros documentos têm informalidade legal e acho que isto é pacífico. Não é uma questão de interpretação, porque a própria Senhora Vereadora acaba de confirmar que a deliberação por unanimidade, a profissão em minuta foi feita e, como tal, os atos são válidos.”

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Deputado Daniel Fonseca que disse: “quem realmente está a protelar isto não é o movimento. O movimento apresentou uma nota de protesto, nós fundamentamos a nossa nota de protesto. Já deram as explicações que deram. São perante a nossa nota de protesto, são atos consumados, faça-se aquilo que se fizer hoje, nada os vai ultrapassar. Portanto, estamos em democracia, está aqui a Assembleia querem propor o ponto à votação, propõe à votação. Passa-se, seja aquilo que for, seja qual for o desfecho dele. Parece que ainda a culpa é do Movimento por estar aqui a levantar estas situações todas, porque a ordem de trabalhos e conforme a minha colega deputada disse, sempre assim foi. Que a Senhora Presidente disse, sempre assim foi, mas se calhar temos que mudar. Somos nós agora que vamos a dizer é totalmente ilegal, mas se calhar legal não é tal e qual como a prestação de contas, eu digo a prestação de contas, provavelmente é um ato ilegal não estar assinado por todos os membros da Assembleia se calhar não é, mas se calhar por uma questão de transparência, vir assinado por todos os membros, se calhar é. Tal e qual como vir escrito num carimbo que, por unanimidade, quem interpreta aquilo diz que é unanimidade de todos os vereadores. Afinal, o órgão executivo é um órgão colegial, é todos unanimidade são cinco, penso eu. Agora, querem colocar à votação, colocam à votação, passa tudo muito bem. Nós sabemos perfeitamente que não é a Assembleia que aprova as contas. Estão os atos administrativos salvaguardados com a aprovação do órgão executivo para o para o Tribunal de Contas. Portanto, onde é que está o problema? É a nossa interpretação. Nós respeitamos a interpretação da Câmara Municipal e dos outros grupos aqui. Vocês têm que respeitar a nossa. Acho que deva de ser assim, quer a votação, é a votação. Nós não votamos porque já dissemos isso, portanto, acho que mais claro.”

O Senhor Presidente da Mesa usou da palavra e disse: “antes de mais, também só esclarecer que este protelar da discussão, como bem disse, faz parte da democracia, portanto, não estamos aqui protelar nada. Estamos aqui a dar voz e a ouvir. A Mesa está a ouvir todos os presentes e a tentar perceber os argumentos de cada bancada. Cabe à Mesa decidir ou não, então a retirada dos pontos, portanto, não havendo mais questões, a Mesa, face à exposição do Doutor Pedro Patrício, que para mim ficou bastante clara e do Doutor João Joia, penso que ficou bastante claro que os temas que foram aqui apresentados como protesto do Movimento Para Todos. Portanto, eu penso claramente que o ponto 3 e o ponto 5 no meu entender, não fazem sentido que sejam retirados



[Handwritten signature]
CRK

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 08 DE 30-04-2026

da ordem de trabalhos, e isto porque não decorreram aqui nenhuns incumprimentos legais daquilo que eu tive a oportunidade de falar com os serviços relativamente a estes 2 pontos. Quanto ao ponto número 4, que diz respeito à revisão do orçamento, aí sim, portanto, eu tenho algumas dúvidas e aí eu deixaria à discussão dos presentes se faria sentido ou não manter o ponto. Do ponto de vista do envio da informação obviamente que a informação não foi entregue atempadamente, portanto, o ponto número 4, a mim não me choca que seja retirado da ordem de trabalhos, apesar de como o Doutor Pedro Patrício disse,, este ponto não tem aqui tanto detalhe quanto isso, mas do ponto de vista administrativo, chamemos-lhe assim, penso que o poderíamos retirar da ordem de trabalhos. Portanto, esta é a posição da mesa, os pontos 3 e 5 mantêm-se na ordem de trabalhos e o ponto número 4 será retirado da ordem de trabalhos. Portanto, perante isto, eu pedia à Doutora Cristina Preguiça para fazer a apresentação do ponto número 3.

PONTO NÚMERO TRÊS – RELATÓRIO DE GESTÃO E PRESTAÇÃO DE CONTAS DE 2025 – De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra à doutora Cristina Preguiça, que fez a apresentação do documento, começando por indicar a legislação atual relativa à apresentação do relatório de gestão e prestação de contas de 2025, nomeadamente o decreto-lei 192/2015, que aprova o SNCAP, a instrução número 1/2019-PG do Tribunal de Contas, em complemento com a resolução número 6/2025 13 de fevereiro, também do Tribunal de Contas e a Lei nº 73/2013, nomeadamente o artigo 73, que determina que o documento da prestação de contas tem que ser acompanhado do parecer e certificação legal de contas, que, no caso em concreto do município, foi emitido pela sociedade de Revisores Oficiais de Contas M. Silva, P Caiado P. Ferreira e associados, a quem agradeço hoje aqui a presença do Dr. Paulo Ferreira. Este documento é um documento muito importante porque permite perceber a transparência na administração pública, permite fazer uma avaliação do desempenho, permite apoiar os órgãos na decisão futura. É um documento de rigor financeiro e de responsabilidade política, ou seja, o documento de relatório e contas, numa perspetiva económica e financeira, reflete as atividades desenvolvidas, as receitas e as despesas realizadas, os investimentos, proporcionando uma visão global da atuação do órgão executivo no período em análise, neste caso do ano de 2025, sendo que o ano de 2025 ficou marcado por 2 executivos, como todos nós sabemos e pronto, ainda que tenha 2 executivos, nós estivemos obrigados às contas intercalares porque houve um membro do executivo que se manteve. A parte inicial do documento explica quais são os principais investimentos de forma resumida por cada uma das funções económicas e as funções económicas aqui presentes são aquelas que constam também no orçamento e grandes opções do plano. Em termos contabilísticos, o documento evite-se em 3 partes, ou seja, explica a parte da contabilidade patrimonial, a contabilidade orçamental e a contabilidade de gestão, passando aqui a esta parte, apresento aqui alguns números que constam do Balanço e da Demonstração de Resultados em que o ativo não corrente em 2024 tinha 72.000.000€ e, em 2021, 71.000.000€. O ativo corrente tinha 5.000.400€ em 2024 e 2025 5.000.600€, ou seja, o total do ativo tinha em 2024, 77.511€ e em 2025 77.072€, teve aqui uma redução de 439€ em termos de património líquido, os valores são semelhantes, andava à volta dos 61.000€. Em termos de passivo não corrente em 2024 tinha 10.000.060€ e em 2025 10.000.669€, ou seja, teve aqui um crescimento de cerca de 600€. Em termos de passivo corrente em 2024 estavam 6.000.522€ e em 2025 5.000.400€, ou seja, teve aqui uma redução de 1.120.000€ sensivelmente. O total do passivo entre 2024 e 2025 também teve aqui uma redução de 511.000€. Em termos de resultados, antes das depreciações e resultados financeiros, os valores também são semelhantes, andam à volta de 1.000.600€, 1.000.700€ entre os últimos entre



R. yll
carla

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 08 DE 30-04-2026

os dois anos. Os resultados operacionais antes dos resultados financeiros, em 2024 havia um saldo de 2.000.022€ negativos e em 2025 houve aqui uma recuperação de cerca de 514.000€, ou seja, o resultado líquido do período em 2024 cifrou-se em 1.937.712,39€ e em 2025 cifrou-se em números negativos em 1.386.288,75€ também negativos. Mas houve aqui uma recuperação muito significativa no valor de 551.423,64€. Explicar também só um pouquinho aquilo que são os valores que constam referentes às demonstrações dos fluxos de caixa, ou seja, o município tem 6 contas. 3 na Caixa Geral de Depósitos, uma na Caixa de Crédito Agrícola, uma no Santander e uma no Montepio. O saldo que tínhamos em caixa a 31 de dezembro era 813,44€ os depósitos à ordem 2.109.371,44€ e os depósitos de garantias e cauções 5.000.885€, o que perfazia um total de 2.186.079,88€, ou seja, uma diferença de 181.000€ em relação ao ano 2024 em termos dos empréstimos, também dar-vos conta de que a 31 de dezembro o município tem 3 empréstimos na caixa de geral de depósitos, um no Montepio e 7 na linha do BEI, da Agência de Desenvolvimento e Coesão, cada um deles tem ali o prazo dos contratos e os valores que a 31 de dezembro ainda estão por satisfazer, mas para não estar a falar sobre cada um deles, dar conta de que o valor total a 31 de dezembro é de 3.308.495,48€. Passando aqui já mais para a parte do orçamental, o valor do orçamento que estava em 2025, quer em termos de receita, quer em termos de despesa era de 46.087.375€, havia equilíbrio entre a despesa e receita, por isso os valores são iguais, ou seja, depois o documento da prestação de contas tem um conjunto de documentos que detalham efetivamente o PPI e as cópias AMRs dar conta de que aquele foi o orçamento inicial, mas que ao longo do ano foram feitas algumas alterações de orçamento. e que foram feitos ajustes, quer o valor da receita, quer o valor da despesa. Significa que no final do ano de 2025, as previsões corrigidas da receita cifraram-se em 38.507.094,23€, o que significa que deste valor houve uma receita cobrada líquida de 32.000.926,27€. Isso dá um grau de execução de receita de 85,51% em termos à semelhança da receita em termos de despesa também surgiram algumas alterações ao orçamento que foram feitas ao longo do ano, nomeadamente a 52, a última que foi a mais expressiva, em que permitiu fazer também aqui um ajustamento aos valores do orçamento. Estes ajustes têm a ver com projetos financiados que no início tínhamos a previsão de serem resolvidos por motivos diversos não foram possíveis ser concluídos. Então significa que em 31 de dezembro, o orçamento em termos de despesa cifrou-se em 38.507.094€ e que em termos de despesa paga líquida, o valor foi de 30.912.378,23€, que corresponde a um grau de execução de 80%. Ao longo do ano foram feitas várias adjudicações, quer para aquisição de bens, serviços, locações, e foram feitos quer em termos de concurso Público, quer em termos de ajustes diretos, consultas prévias, está aqui um total de 20 empreitadas, 64 aquisições de serviços e 39 locação ou aquisição de bens móveis. O município, também em 2025, recebeu transferências e subsídios e também ao mesmo tempo concedeu subsídios e fez transferências. Em termos de transferências e subsídios ao nível de corrente, os concedidos foram no valor de 3.782.277€ e em termos de capital, 1.777.289€ em termos dos recebidos 16.502.128€ e 5.000.000€ em termos de capital, também recebidos 5.268.708€ na parte de cima eu teria explicado o que é que são, de onde é que vêm os recebidos e para onde é que vão os concedidos? Contabilidade de gestão é outro dos pontos que também tem uma grande ênfase no documento, essa parte do documento permite perceber os custos que cada um dos serviços ou dos bens que estão registados na contabilidade de gestão têm ao longo do ano, quer seja por conta de serviços diretos, quer seja por conta de custos indiretos. Consta também do documento da prestação de contas, a norma de controlo interno, até porque decorre da lei é obrigatório por força do POCAL que já não está em vigor, que foi substituído pelo CNCAP, mas é obrigatório a norma de controlo interno fazer parte do deste documento, sendo que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 08 DE 30-04-2026

o documento que nós apresentámos encontra-se desatualizado e em breve será atualizado, até por causa das questões da estrutura orgânica que recentemente sofreu alterações. O relatório da prestação de contas também demonstra o mapa dos fundos fixos, que tem a ver com os fundos de maneio, que no município existem dois, o da CPCJ e o da Divisão Financeira. E mais para o final já do documento, são apresentados outros indicadores não de carácter obrigatório, mas que fazem parte. Foram integrados no documento que demonstram a liquidez, a estrutura financeira, a rentabilidade, indicadores orçamentais isto sempre depois, comparando entre o ano de 2024 e 2025. Para terminar, o relatório é acompanhado, como disse no início, pelo parecer do auditor externo. Dar conta de que o este parecer apenas tem menção de 2 reservas, são coisas que não são recentes. Aliás, tem vindo já dos últimos anos, uma tem a ver com a questão do património, em que efetivamente o município tem um conjunto de imóveis que ainda não estão totalmente regularizados na conservatória do registo predial ou nas finanças, é um trabalho que o município já tem vindo a fazer ao longo dos anos, mas pronto não é algo que se faça de um dia para o outro e tem havido aqui um esforço efetivamente de que aos poucos tenhamos vindo a regularizar esta situação, mas ainda não foi possível, até porque o município tem imensos imóveis, e a outra tem a ver com os subsídios ao investimento e transferências em que quando o município recebe subsídios ao investimento é importante que eles fiquem devidamente alocados ao bem ou ao investimento a que dizem respeito e tem havido aqui alguma divergência na forma como os valores por vezes são alocados. Mas pronto também é uma situação que este ano estamos a prever regularizar porque implica voltar aqui a algum passado para fazer aqui, reconstruir todo o histórico. Queria só agradecer a todos os colaboradores e serviços do município, em particular aos da Divisão Financeira, pelo trabalho que desenvolveram na elaboração do relatório à sociedade de revisores, aqui representada pelo Dr. Paulo, à empresa que nos apoiou na elaboração do documento, nomeadamente ao Dr. Pedro Patrício e à sua equipa e ao executivo, claro, pela confiança que depositaram nos serviços e nos trabalhadores."

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Deputado Alberto Umbelino que disse: "a apresentação das contas implica mecanismos de transparência, controlo interno que permitam conhecer a gestão económica, as receitas, as despesas e a situação patrimonial do Município.

Ainda existem outros mecanismos como aprovação em reunião do Executivo Camarário, a Certificação Legal das Contas emitida pelo Auditor Externo, a análise e votação pela Assembleia Municipal e o envio ao Tribunal de Contas.

A apresentação das contas também em si promove a participação, a vigilância e o exercício da cidadania.

A Câmara Municipal tem, ao longo dos anos, procurado identificar as oportunidades, para garantir a coesão económica, social e territorial do concelho, nomeadamente a execução do investimento maximizando os apoios comunitários, a redução dos custos correntes, a captação de receitas e novas fontes de financiamento.

Ainda assim, não se podem descuidar as responsabilidades financeiras que exigem; equilíbrio, rigor no controlo de gestão e as contas da autarquia.

Do ponto de vista orçamental quer ao nível da receita como da despesa, o Município apresentou no final de 2025 satisfatórios índices de execução bem como de desempenho orçamental na receita corrente 93,06%, na receita capital 62,05% e na receita total 85,51%. Do lado da despesa corrente 89,87%, despesa capital 57,21% e na despesa total 80,28%. Índices estes que se pretendem mais exigentes permitindo garantir melhoria dos rácios de liquidez e uma estrutura financeira com maior robustez.



[Handwritten signature and initials]
carla

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA

ATA N.º 08 DE 30-04-2026

O grau de realização das liquidações, ou seja, o resultante da relação entre o valor da receita cobrada líquida no período em análise e o correspondente valor das receitas liquidadas foi de 93.5%, sendo que o grau de execução das obrigações (relação entre o valor da despesa paga líquida e o valor das obrigações) situaram-se em 99,05%.

Do ponto de vista económico a entidade melhorou, a cobrança de impostos, a venda e a prestação de serviços, bem como a transferência e subsídios correntes.

Houve um ligeiro aumento nos custos das mercadorias que acabou por ser compensado por menos gasto nos fornecimentos e serviços externos.

Os gastos com pessoal cresceram 14,9% e que representa 39% sobre os custos totais. É uma proporção elevada, quando comparável com a média dos 308 municípios que se situa na ordem dos 32%, Municípios da nossa dimensão apresentam eles rácios na ordem quase dos 50%. Portanto sendo uma situação de difícil redução, pressiona o orçamento municipal, e, pode colocar em causa a execução de investimentos que dotem o concelho de melhores condições e o tornem mais competitivo. Sem dúvida que a situação também advém das transferências de responsabilidades para os municípios em particular na área da saúde e da educação.

A transferência e subsídios concedidos, ainda que apresente um ligeiro crescimento em relação ao ano anterior, é verificável na sua análise da decomposição que se pode ver na página 87.

É de registar que o mapa das Provisões apresenta uma diminuição significativa na ordem dos 448.500 euros e uma reversão no valor de 137.000 euros.

O resultado antes de depreciações e resultados financeiros, é positivo e aumenta em relação ao exercício anterior.

O resultado líquido do exercício, ainda que negativo, reduz-se em relação ao exercício anterior em cerca de meio milhão de euros.

Regista-se uma melhoria da liquidez geral, melhora-se também a autonomia financeira, da solvabilidade e capacidade de endividamento apurados os limites e da dívida total existente.

Não estando em causa o equilíbrio das contas do Município, devemos fixar-nos num maior controlo e monitorização das contas, procurando com isso dar maior fiabilidade às estimativas orçamentais e diminuição das alterações propostas.

O Relatório e Parecer elaborado pelo Auditor Externo sobre as Contas do Município de Idanha-a-Nova para o exercício de 2025, refere que a Certificação Legal das Contas emitida inclui duas reservas por limitação:

Identificados um conjunto de imóveis, para os quais, em face da documentação existente e não obstante os esforços que a autarquia tem vindo a fazer, não foi ainda possível regularizar junto da Conservatória do Registo Predial atenta a diversidade e complexidade das situações. Neste contexto, não validaram a asserção dos direitos para os mencionados imóveis.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, esta situação tem sido constante em exercícios anteriores pelo que se justifica a constituição de uma Task Force com conhecimento jurídico, com conhecimento contabilístico e com capacidade legal para implementar este processo de Regularização do Património. Tratam-se de inúmeros imóveis dispersos, alguns correspondendo a situações anacrónicas resultado do passar de muitos anos, num cenário muito comum no país. Mas Senhora Presidente, estamos convictos que da determinação



[Handwritten signature]
GRK

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 08 DE 30-04-2026

rigorosa do valor de mercado dos imóveis que constituem o efetivo património da autarquia resultará numa alteração substancial do seu ativo com consequências positivas nos seus fundos patrimoniais.

A segunda opinião com reservas refere-se que no âmbito dos procedimentos realizados sobre o reconhecimento em resultados dos subsídios ao investimento e transferências de capital recebidas, não obtiveram prova de auditoria suficiente e apropriada que permitisse estabelecer uma correspondência adequada entre montantes reconhecidos e respetivos ativos fixos tangíveis e intangíveis depreciables e amortizáveis a que se encontram associados. Em resumo dificuldade em alocação de subsídios e determinar se seriam necessários quaisquer ajustamentos às rubricas das demonstrações financeiras entre “variações no património líquido” e “outros rendimentos e ganhos” incluída na demonstração de resultados por natureza. Haverá neste caso, que, de uma vez por todas, definir procedimentos que se coadunem com as exigências do próprio revisor.

Senhor Presidente Senhoras e Senhores Deputados, não basta analisar as Contas do ano transato quando vivemos em pleno século XXI cheios de incertezas. Há 70 anos o filósofo Bertrand Russel dizia “O problema com o mundo é que os tolos e os fanáticos estão cheios de convicção e os conscientes cheios de dúvidas”

Mas a verdade é que a Guerra na Ucrânia e dos restantes conflitos armados existentes no mundo, estão aí, e de difícil estimativa do impacto orçamental.

Esperamos que seja uma questão conjuntural e que não possa causar mais danos na continuidade e desenvolvimento da atividade municipal do que já está a causar,

Procurámos comentar o Relatório e Contas 2025 expressando opiniões, fizemos as nossas impressões ou reflexões sobre os dados apresentados. Destacámos pontos positivos ou negativos. Buscámos informação sobre uma determinada rubrica para compreendermos melhor os dados financeiros apresentados. Contextualizámos informação colocamos os números em perspetiva, comparando-os com anos anteriores ou previsões. Levantámos questões e expressámos pontos de incerteza ou áreas a necessitar de maior detalhe ou de melhor explicação.

Em face do que antecede estamos em condições de apreciar e votar favoravelmente os documentos da prestação de contas do ano 2025.”

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra à Senhora Presidente de Câmara Municipal que disse: “gostaria de agradecer também aos funcionários do município envolvidos na elaboração do relatório de contas, aos Senhores revisores e também aos nossos consultores externos. Apesar neste relatório não estar refletido todo o nosso mandato, apenas dois meses, não é por isso que deva deixar de referir aqui alguns dos indicadores positivos que foram a redução do passivo em cerca de 500.000€ e o aumento do saldo de caixa de depósitos, que registou uma subida de cerca de 181.000€, o que evidencia a capacidade do município de gerar liquidez e cumprir os seus compromissos financeiros. Também quanto às reservas dos Senhores revisores, são reservas que já vêm de outros relatórios de contas que, junto dos serviços, vamos tentar corrigir o mais rapidamente possível.

Terminada a discussão deste ponto da ordem de trabalhos, o Senhor Presidente da Assembleia submeteu a votação a proposta da Câmara Municipal de Idanha-a-Nova relativa ao RELATÓRIO DE GESTÃO E PRESTAÇÃO DE CONTAS DE 2025, tendo sido apurado o seguinte resultado:

Número de votantes: vinte e sete;

Votos em contra: um

Votos de abstenção: zero;



Handwritten signature and initials: R. Joia, cork

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 08 DE 30-04-2026

Votos a favor: vinte.

Membros que não participaram na votação: seis (Rogério Paulo de Jesus Lourenço Joia, Sílvia da Conceição Robalo Moreira, Jorge Daniel Pinto Fonseca, Zélia Maria Martins Leitão, Maria da Piedade Folgado Freixo de Brito Gonçalves e Manuel Valente Rêgo).

Em face deste resultado a proposta apresentada pela Câmara Municipal foi aprovada por MAIORIA. O Senhor Presidente da Mesa solicitou à Assembleia, conforme pedido da Câmara Municipal, que este ponto da ata fosse aprovado em minuta. Por maioria, foi aprovada esta parte da ata em minuta, com a seguinte redação **“FOI DELIBERADO POR MAIORIA, UM VOTO CONTRA (CHEGA), VINTE VOTOS A FAVOR (DEZANOVE GRUPO MUNICIPAL DO PS E UM VOTO CHEGA) E SEIS MEMBROS QUE NÃO PARTICIPARAM NA VOTAÇÃO (GRUPO MUNICIPAL MOV.PT), APROVAR A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA RELATIVA AO RELATÓRIO DE GESTÃO E PRESTAÇÃO DE CONTAS DE 2025.**

PONTO NÚMERO QUATRO – PRIMEIRA ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL 2026 – O Senhor Presidente da Mesa disse: *“relativamente ao ponto número quatro será retirado da ordem de trabalhos.”*

PONTO NÚMERO CINCO – PRIMEIRA ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL 2026 – O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra à Senhora Presidente de Câmara Municipal que disse: *“embora os trabalhadores em situação de mobilidade já estejam a auferir o vencimento correspondente às funções que desempenham, a consolidação dessas mobilidades na carreira, categoria, exigem a criação formal do respetivo lugar no mapa de pessoal por este não estar previamente assegurado, condição legal para permanência definitiva dos trabalhadores na nova carreira.*

A mobilidade pode durar até 18 meses sem exigir um lugar vago imediato.

A consolidação da mesma deve existir dentro do prazo de 18 meses, podendo consolidar antes conforme a categoria ou carreira, com o acordo coletivo de trabalho que temos com o STAL para técnico superior, 180 dias para assistentes técnicos, 120 e 90 dias para assistentes operacionais, pelo que em caso de consolidação, se torna obrigatória a criação no lugar do mapa de pessoal, sob pena de o trabalhador ter de regressar à carreira/categoria de origem.

A alteração ao mapa de pessoal decorre ainda de uma reorganização administrativa do município, como todos sabem, a criação de novas divisões e serviços também implicou a reafectação de trabalhadores que estavam numas divisões e passaram para outras.

Esta mobilidade interna, mantendo-se o número efetivo, obriga legalmente a atualização do mapa pessoal para refletir a nova estrutura orgânica e apenas isso.

Falo também já das necessidades, estão previstos os procedimentos concursais que vinham de trás, que já estão a decorrer.

Este executivo ainda não abriu qualquer procedimento concursal para recrutamento.

Os lugares previstos para a abertura dos procedimentos concursais para as chefias de segundo e terceiro grau também estão aqui refletidos, os lugares em que é necessária a consolidação dos trabalhadores, como eu já tinha referido, os quais ocorreram mobilidade intercarreira, também refiro aqui que este executivo ainda não efetuou nenhuma mobilidade intercarreira, mas iremos fazê-lo porque as pessoas devem ser valorizadas quando assim o merecem no desempenho das suas funções.



[Handwritten signature and initials]
carl

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA

ATA N.º 08 DE 30-04-2026

Isto foi uma questão que gerou algumas questões por parte da Senhora vereadora Vera Carozo na reunião do executivo que eu gostaria de saber a opinião se também acham mal, que eu acho muito bem, fica já aqui claro que, por exemplo, a Senhora vereadora do movimento que desde que entrou nesta casa desempenha funções na área do urbanismo a Senhora vereadora Maria do Almurtão, nas quais estava a desempenhar funções de técnica superior, e por ter uma licenciatura em recursos humanos, não deveria ser valorizada? Questiono?

Na minha opinião, como ela desempenhava funções de técnica superior, não é porque tem um curso em recursos humanos que deveria deixar de ser valorizada.

E é assim que têm sido valorizados os funcionários desta casa. É pelo desempenho, pelo bom desempenho das suas funções.

E nós pretendemos também continuar a valorizar, já que existe este mecanismo legal, os funcionários que mereçam que sejam valorizados.

Terminada a discussão deste ponto da ordem de trabalhos, o Senhor Presidente da Assembleia submeteu a votação a proposta da Câmara Municipal de Idanha-a-Nova relativa à PRIMEIRA ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL 2026, tendo sido apurado o seguinte resultado:

Número de votantes: vinte e sete;

Votos em contra: um

Votos de abstenção: zero;

Votos a favor: vinte.

Membros que não participaram na votação: seis (Rogério Paulo de Jesus Lourenço Joia, Sílvia da Conceição Robalo Moreira, Jorge Daniel Pinto Fonseca, Zélia Maria Martins Leitão, Maria da Piedade Folgado Freixo de Brito Gonçalves e Manuel Valente Rêgo).

Em face deste resultado a proposta apresentada pela Câmara Municipal foi aprovada por MAIORIA, O Senhor Presidente da Mesa solicitou à Assembleia, conforme pedido da Câmara Municipal, que este ponto da ata fosse aprovado em minuta. Por maioria, foi aprovada esta parte da ata em minuta, com a seguinte redação **“FOI DELIBERADO POR MAIORIA, UM VOTO CONTRA (CHEGA), VINTE VOTOS A FAVOR (DEZANOVE GRUPO MUNICIPAL DO PS E UM VOTO CHEGA) E SEIS MEMBROS QUE NÃO PARTICIPARAM NA VOTAÇÃO (GRUPO MUNICIPAL MOV.PT), APROVAR A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA RELATIVA À PRIMEIRA ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL 2026.”**

PONTO NÚMERO SEIS – ABERTURA DE PROCEDIMENTOS CONCURSAIS PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 2.º GRAU – UNIDADES ORGÂNICAS FLEXÍVEIS - PROPOSTA DE COMPOSIÇÃO DE JÚRI DE RECRUTAMENTO E ATRIBUIÇÃO DE DESPESAS DE REPRESENTAÇÃO: 6.1. DIVISÃO ADMINISTRATIVA E DE RECURSOS HUMANOS; 6.2. DIVISÃO FINANCEIRA; 6.3. DIVISÃO DE CULTURA, TURISMO, DESPORTO E JUVENTUDE; 6.4. DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, SAÚDE E AÇÃO SOCIAL; 6.5. DIVISÃO DE OBRAS, PLANEAMENTO E URBANISMO; 6.6. DIVISÃO DE SERVIÇOS OPERATIVOS E AMBIENTE.

O Senhor Presidente da Assembleia disse: *“que se iria submeter a votação a abertura de Procedimentos Concurrais para Provimento de Cargos de Direção Intermédia de 2.º Grau – Unidades Orgânicas Flexíveis -*



[Handwritten signature]
caok

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA

ATA N.º 08 DE 30-04-2026

Proposta de Composição de Júri de Recrutamento e Atribuição de Despesas de Representação um a um e terão que ser aprovados em minuta."

O Senhor Presidente da Assembleia submeteu a votação a proposta da Câmara Municipal de Idanha-a-Nova relativa à ABERTURA DE PROCEDIMENTOS CONCURSAIS PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 2.º GRAU – UNIDADES ORGÂNICAS FLEXÍVEIS - PROPOSTA DE COMPOSIÇÃO DE JÚRI DE RECRUTAMENTO E ATRIBUIÇÃO DE DESPESAS DE REPRESENTAÇÃO, DA DIVISÃO ADMINISTRATIVA E DE RECURSOS HUMANOS, tendo sido apurado o seguinte resultado:

Número de votantes: vinte e sete;

Votos em contra: zero

Votos de abstenção: zero;

Votos a favor: vinte e sete.

Em face deste resultado a proposta apresentada pela Câmara Municipal foi aprovada por UNANIMIDADE. O Senhor Presidente da Mesa solicitou à Assembleia, conforme pedido da Câmara Municipal, que este ponto da ata fosse aprovado em minuta. Por unanimidade, foi aprovada esta parte da ata em minuta, com a seguinte redação **"FOI DELIBERADO POR UNANIMIDADE DOS PRESENTES, APROVAR A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA RELATIVA À ABERTURA DE PROCEDIMENTOS CONCURSAIS PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 2.º GRAU – UNIDADES ORGÂNICAS FLEXÍVEIS - PROPOSTA DE COMPOSIÇÃO DE JÚRI DE RECRUTAMENTO E ATRIBUIÇÃO DE DESPESAS DE REPRESENTAÇÃO, DA DIVISÃO ADMINISTRATIVA E DE RECURSOS HUMANOS."**

O Senhor Presidente da Assembleia submeteu a votação a proposta da Câmara Municipal de Idanha-a-Nova relativa à ABERTURA DE PROCEDIMENTOS CONCURSAIS PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 2.º GRAU – UNIDADES ORGÂNICAS FLEXÍVEIS - PROPOSTA DE COMPOSIÇÃO DE JÚRI DE RECRUTAMENTO E ATRIBUIÇÃO DE DESPESAS DE REPRESENTAÇÃO, DA DIVISÃO FINANCEIRA, tendo sido apurado o seguinte resultado:

Número de votantes: vinte e sete;

Votos em contra: zero

Votos de abstenção: zero;

Votos a favor: vinte e sete.

Em face deste resultado a proposta apresentada pela Câmara Municipal foi aprovada por UNANIMIDADE. O Senhor Presidente da Mesa solicitou à Assembleia, conforme pedido da Câmara Municipal, que este ponto da ata fosse aprovado em minuta. Por unanimidade, foi aprovada esta parte da ata em minuta, com a seguinte redação **"FOI DELIBERADO POR UNANIMIDADE DOS PRESENTES, APROVAR A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA RELATIVA À ABERTURA DE PROCEDIMENTOS CONCURSAIS PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 2.º GRAU – UNIDADES ORGÂNICAS FLEXÍVEIS - PROPOSTA DE COMPOSIÇÃO DE JÚRI DE RECRUTAMENTO E ATRIBUIÇÃO DE DESPESAS DE REPRESENTAÇÃO, DA DIVISÃO FINANCEIRA."**

O Senhor Presidente da Assembleia submeteu a votação a proposta da Câmara Municipal de Idanha-a-Nova relativa à ABERTURA DE PROCEDIMENTOS CONCURSAIS PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE



[Handwritten signature]
capla

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA

ATA N.º 08 DE 30-04-2026

DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 2.º GRAU – UNIDADES ORGÂNICAS FLEXÍVEIS - PROPOSTA DE COMPOSIÇÃO DE JÚRI DE RECRUTAMENTO E ATRIBUIÇÃO DE DESPESAS DE REPRESENTAÇÃO, DA DIVISÃO DE CULTURA, TURISMO, DESPORTO E JUVENTUDE, tendo sido apurado o seguinte resultado:

Número de votantes: vinte e sete;

Votos em contra: zero

Votos de abstenção: zero;

Votos a favor: vinte e sete.

Em face deste resultado a proposta apresentada pela Câmara Municipal foi aprovada por UNANIMIDADE.

O Senhor Presidente da Mesa solicitou à Assembleia, conforme pedido da Câmara Municipal, que este ponto da ata fosse aprovado em minuta. Por unanimidade, foi aprovada esta parte da ata em minuta, com a seguinte redação

“FOI DELIBERADO POR UNANIMIDADE DOS PRESENTES, APROVAR A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA RELATIVA À ABERTURA DE PROCEDIMENTOS CONCURSAIS PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 2.º GRAU – UNIDADES ORGÂNICAS FLEXÍVEIS - PROPOSTA DE COMPOSIÇÃO DE JÚRI DE RECRUTAMENTO E ATRIBUIÇÃO DE DESPESAS DE REPRESENTAÇÃO, DA DIVISÃO DE CULTURA, TURISMO, DESPORTO E JUVENTUDE.”

O Senhor Presidente da Assembleia submeteu a votação a proposta da Câmara Municipal de Idanha-a-Nova relativa à ABERTURA DE PROCEDIMENTOS CONCURSAIS PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 2.º GRAU – UNIDADES ORGÂNICAS FLEXÍVEIS - PROPOSTA DE COMPOSIÇÃO DE JÚRI DE RECRUTAMENTO E ATRIBUIÇÃO DE DESPESAS DE REPRESENTAÇÃO, DA DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, SAÚDE E AÇÃO SOCIAL, tendo sido apurado o seguinte resultado:

Número de votantes: vinte e sete;

Votos em contra: zero

Votos de abstenção: zero;

Votos a favor: vinte e sete.

Em face deste resultado a proposta apresentada pela Câmara Municipal foi aprovada por UNANIMIDADE.

O Senhor Presidente da Mesa solicitou à Assembleia, conforme pedido da Câmara Municipal, que este ponto da ata fosse aprovado em minuta. Por unanimidade, foi aprovada esta parte da ata em minuta, com a seguinte redação

“FOI DELIBERADO POR UNANIMIDADE DOS PRESENTES, APROVAR A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA RELATIVA À ABERTURA DE PROCEDIMENTOS CONCURSAIS PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 2.º GRAU – UNIDADES ORGÂNICAS FLEXÍVEIS - PROPOSTA DE COMPOSIÇÃO DE JÚRI DE RECRUTAMENTO E ATRIBUIÇÃO DE DESPESAS DE REPRESENTAÇÃO, DA DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, SAÚDE E AÇÃO SOCIAL.”

O Senhor Presidente da Assembleia submeteu a votação a proposta da Câmara Municipal de Idanha-a-Nova relativa à ABERTURA DE PROCEDIMENTOS CONCURSAIS PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 2.º GRAU – UNIDADES ORGÂNICAS FLEXÍVEIS - PROPOSTA DE COMPOSIÇÃO DE JÚRI DE RECRUTAMENTO E ATRIBUIÇÃO DE DESPESAS DE REPRESENTAÇÃO, DA DIVISÃO DE OBRAS, PLANEAMENTO E URBANISMO, tendo sido apurado o seguinte resultado:

Número de votantes: vinte e sete;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 08 DE 30-04-2026

Votos em contra: zero

Votos de abstenção: zero;

Votos a favor: vinte e sete.

Em face deste resultado a proposta apresentada pela Câmara Municipal foi aprovada por UNANIMIDADE.

O Senhor Presidente da Mesa solicitou à Assembleia, conforme pedido da Câmara Municipal, que este ponto da ata fosse aprovado em minuta. Por unanimidade, foi aprovada esta parte da ata em minuta, com a seguinte redação **“FOI DELIBERADO POR UNANIMIDADE DOS PRESENTES, APROVAR A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA RELATIVA À ABERTURA DE PROCEDIMENTOS CONCURSAIS PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 2.º GRAU – UNIDADES ORGÂNICAS FLEXÍVEIS - PROPOSTA DE COMPOSIÇÃO DE JÚRI DE RECRUTAMENTO E ATRIBUIÇÃO DE DESPESAS DE REPRESENTAÇÃO, DA DIVISÃO DE OBRAS, PLANEAMENTO E URBANISMO.”**

O Senhor Presidente da Assembleia submeteu a votação a proposta da Câmara Municipal de Idanha-a-Nova relativa à ABERTURA DE PROCEDIMENTOS CONCURSAIS PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 2.º GRAU – UNIDADES ORGÂNICAS FLEXÍVEIS - PROPOSTA DE COMPOSIÇÃO DE JÚRI DE RECRUTAMENTO E ATRIBUIÇÃO DE DESPESAS DE REPRESENTAÇÃO, DA DIVISÃO DE SERVIÇOS OPERATIVOS E AMBIENTE, tendo sido apurado o seguinte resultado:

Número de votantes: vinte e sete;

Votos em contra: zero

Votos de abstenção: zero;

Votos a favor: vinte e sete.

Em face deste resultado a proposta apresentada pela Câmara Municipal foi aprovada por UNANIMIDADE.

O Senhor Presidente da Mesa solicitou à Assembleia, conforme pedido da Câmara Municipal, que este ponto da ata fosse aprovado em minuta. Por unanimidade, foi aprovada esta parte da ata em minuta, com a seguinte redação **“FOI DELIBERADO POR UNANIMIDADE DOS PRESENTES, APROVAR A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA RELATIVA À ABERTURA DE PROCEDIMENTOS CONCURSAIS PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 2.º GRAU – UNIDADES ORGÂNICAS FLEXÍVEIS - PROPOSTA DE COMPOSIÇÃO DE JÚRI DE RECRUTAMENTO E ATRIBUIÇÃO DE DESPESAS DE REPRESENTAÇÃO, DA DIVISÃO DE SERVIÇOS OPERATIVOS E AMBIENTE.”**

PONTO NÚMERO SETE – ABERTURA DE PROCEDIMENTOS CONCURSAIS PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 3.º GRAU – UNIDADES ORGÂNICAS FLEXÍVEIS - PROPOSTA DE COMPOSIÇÃO DE JÚRI DE RECRUTAMENTO: 7.1. UNIDADE DE GESTÃO ALIMENTAR; 7.2. UNIDADE DE GESTÃO DE FROTAS E MOBILIDADE; 7.3. UNIDADE DE TURISMO; 7.4. UNIDADE DE ÁGUA E SANEAMENTO; 7.5. GABINETE JURÍDICO E DE PATRIMÓNIO; 7.6. GABINETE DE COMUNICAÇÃO E SISTEMAS DA INFORMAÇÃO; 7.7. GABINETE TÉCNICO FLORESTAL.

O Senhor Presidente da Assembleia disse: *“que se iria submeter a votação a abertura de Procedimentos Concurrais para Provimento de Cargos de Direção Intermédia de 3.º Grau – Unidades Orgânicas Flexíveis - Proposta de Composição de Júri de Recrutamento um a um e terão que ser aprovados em minuta.”*



R. J. M.
carla

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 08 DE 30-04-2026

O Senhor Presidente da Assembleia submeteu a votação a proposta da Câmara Municipal de Idanha-a-Nova relativa à ABERTURA DE PROCEDIMENTOS CONCURSAIS PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 3.º GRAU – UNIDADES ORGÂNICAS FLEXÍVEIS - PROPOSTA DE COMPOSIÇÃO DE JÚRI DE RECRUTAMENTO, DA UNIDADE DE GESTÃO ALIMENTAR, tendo sido apurado o seguinte resultado:

Número de votantes: vinte e sete;

Votos em contra: zero

Votos de abstenção: zero;

Votos a favor: vinte e sete.

Em face deste resultado a proposta apresentada pela Câmara Municipal foi aprovada por UNANIMIDADE.

O Senhor Presidente da Mesa solicitou à Assembleia, conforme pedido da Câmara Municipal, que este ponto da ata fosse aprovado em minuta. Por unanimidade, foi aprovada esta parte da ata em minuta, com a seguinte redação **“FOI DELIBERADO POR UNANIMIDADE DOS PRESENTES, APROVAR A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA RELATIVA À ABERTURA DE PROCEDIMENTOS CONCURSAIS PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 3.º GRAU – UNIDADES ORGÂNICAS FLEXÍVEIS - PROPOSTA DE COMPOSIÇÃO DE JÚRI DE RECRUTAMENTO, DA UNIDADE DE GESTÃO ALIMENTAR.”**

O Senhor Presidente da Assembleia submeteu a votação a proposta da Câmara Municipal de Idanha-a-Nova relativa à ABERTURA DE PROCEDIMENTOS CONCURSAIS PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 3.º GRAU – UNIDADES ORGÂNICAS FLEXÍVEIS - PROPOSTA DE COMPOSIÇÃO DE JÚRI DE RECRUTAMENTO, DA UNIDADE DE GESTÃO DE FROTAS E MOBILIDADE, tendo sido apurado o seguinte resultado:

Número de votantes: vinte e sete;

Votos em contra: zero

Votos de abstenção: zero;

Votos a favor: vinte e sete.

Em face deste resultado a proposta apresentada pela Câmara Municipal foi aprovada por UNANIMIDADE.

O Senhor Presidente da Mesa solicitou à Assembleia, conforme pedido da Câmara Municipal, que este ponto da ata fosse aprovado em minuta. Por unanimidade, foi aprovada esta parte da ata em minuta, com a seguinte redação **“FOI DELIBERADO POR UNANIMIDADE DOS PRESENTES, APROVAR A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA RELATIVA À ABERTURA DE PROCEDIMENTOS CONCURSAIS PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 3.º GRAU – UNIDADES ORGÂNICAS FLEXÍVEIS - PROPOSTA DE COMPOSIÇÃO DE JÚRI DE RECRUTAMENTO, DA UNIDADE DE GESTÃO DE FROTAS E MOBILIDADE.”**

O Senhor Presidente da Assembleia submeteu a votação a proposta da Câmara Municipal de Idanha-a-Nova relativa à ABERTURA DE PROCEDIMENTOS CONCURSAIS PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 3.º GRAU – UNIDADES ORGÂNICAS FLEXÍVEIS - PROPOSTA DE COMPOSIÇÃO DE JÚRI DE RECRUTAMENTO, DA UNIDADE DE TURISMO, tendo sido apurado o seguinte resultado:

Número de votantes: vinte e sete;

Votos em contra: zero



[Handwritten signature]
Correio

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 08 DE 30-04-2026

Votos de abstenção: zero;

Votos a favor: vinte e sete.

Em face deste resultado a proposta apresentada pela Câmara Municipal foi aprovada por UNANIMIDADE.

O Senhor Presidente da Mesa solicitou à Assembleia, conforme pedido da Câmara Municipal, que este ponto da ata fosse aprovado em minuta. Por unanimidade, foi aprovada esta parte da ata em minuta, com a seguinte redação

“FOI DELIBERADO POR UNANIMIDADE DOS PRESENTES, APROVAR A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA RELATIVA À ABERTURA DE PROCEDIMENTOS CONCURSAIS PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 3.º GRAU – UNIDADES ORGÂNICAS FLEXÍVEIS - PROPOSTA DE COMPOSIÇÃO DE JÚRI DE RECRUTAMENTO, DA UNIDADE DE TURISMO.”

O Senhor Presidente da Assembleia submeteu a votação a proposta da Câmara Municipal de Idanha-a-Nova relativa à ABERTURA DE PROCEDIMENTOS CONCURSAIS PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 3.º GRAU – UNIDADES ORGÂNICAS FLEXÍVEIS - PROPOSTA DE COMPOSIÇÃO DE JÚRI DE RECRUTAMENTO, DA UNIDADE DE ÁGUA E SANEAMENTO, tendo sido apurado o seguinte resultado:

Número de votantes: vinte e sete;

Votos em contra: zero

Votos de abstenção: zero;

Votos a favor: vinte e sete.

Em face deste resultado a proposta apresentada pela Câmara Municipal foi aprovada por UNANIMIDADE.

O Senhor Presidente da Mesa solicitou à Assembleia, conforme pedido da Câmara Municipal, que este ponto da ata fosse aprovado em minuta. Por unanimidade, foi aprovada esta parte da ata em minuta, com a seguinte redação

“FOI DELIBERADO POR UNANIMIDADE DOS PRESENTES, APROVAR A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA RELATIVA À ABERTURA DE PROCEDIMENTOS CONCURSAIS PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 3.º GRAU – UNIDADES ORGÂNICAS FLEXÍVEIS - PROPOSTA DE COMPOSIÇÃO DE JÚRI DE RECRUTAMENTO, DA UNIDADE DE ÁGUA E SANEAMENTO.”

O Senhor Presidente da Assembleia submeteu a votação a proposta da Câmara Municipal de Idanha-a-Nova relativa à ABERTURA DE PROCEDIMENTOS CONCURSAIS PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 3.º GRAU – UNIDADES ORGÂNICAS FLEXÍVEIS - PROPOSTA DE COMPOSIÇÃO DE JÚRI DE RECRUTAMENTO, DO GABINETE JURÍDICO E DE PATRIMÓNIO, tendo sido apurado o seguinte resultado:

Número de votantes: vinte e sete;

Votos em contra: zero

Votos de abstenção: zero;

Votos a favor: vinte e sete.

Em face deste resultado a proposta apresentada pela Câmara Municipal foi aprovada por UNANIMIDADE.

O Senhor Presidente da Mesa solicitou à Assembleia, conforme pedido da Câmara Municipal, que este ponto da ata fosse aprovado em minuta. Por unanimidade, foi aprovada esta parte da ata em minuta, com a seguinte redação

“FOI DELIBERADO POR UNANIMIDADE DOS PRESENTES, APROVAR A PROPOSTA DA CÂMARA



[Handwritten signature and initials]
cock

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 08 DE 30-04-2026

MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA RELATIVA À ABERTURA DE PROCEDIMENTOS CONCURSAIS PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 3.º GRAU – UNIDADES ORGÂNICAS FLEXÍVEIS - PROPOSTA DE COMPOSIÇÃO DE JÚRI DE RECRUTAMENTO, DO GABINETE JURÍDICO E DE PATRIMÓNIO.”

O Senhor Presidente da Assembleia submeteu a votação a proposta da Câmara Municipal de Idanha-a-Nova relativa à ABERTURA DE PROCEDIMENTOS CONCURSAIS PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 3.º GRAU – UNIDADES ORGÂNICAS FLEXÍVEIS - PROPOSTA DE COMPOSIÇÃO DE JÚRI DE RECRUTAMENTO, DO GABINETE DE COMUNICAÇÃO E SISTEMAS DA INFORMAÇÃO, tendo sido apurado o seguinte resultado:

Número de votantes: vinte e sete;

Votos em contra: zero

Votos de abstenção: zero;

Votos a favor: vinte e sete.

Em face deste resultado a proposta apresentada pela Câmara Municipal foi aprovada por UNANIMIDADE. O Senhor Presidente da Mesa solicitou à Assembleia, conforme pedido da Câmara Municipal, que este ponto da ata fosse aprovado em minuta. Por unanimidade, foi aprovada esta parte da ata em minuta, com a seguinte redação **“FOI DELIBERADO POR UNANIMIDADE DOS PRESENTES, APROVAR A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA RELATIVA À ABERTURA DE PROCEDIMENTOS CONCURSAIS PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 3.º GRAU – UNIDADES ORGÂNICAS FLEXÍVEIS - PROPOSTA DE COMPOSIÇÃO DE JÚRI DE RECRUTAMENTO, DO GABINETE DE COMUNICAÇÃO E SISTEMAS DA INFORMAÇÃO.”**

O Senhor Presidente da Assembleia submeteu a votação a proposta da Câmara Municipal de Idanha-a-Nova relativa à ABERTURA DE PROCEDIMENTOS CONCURSAIS PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 3.º GRAU – UNIDADES ORGÂNICAS FLEXÍVEIS - PROPOSTA DE COMPOSIÇÃO DE JÚRI DE RECRUTAMENTO, DO GABINETE TÉCNICO FLORESTAL, tendo sido apurado o seguinte resultado:

Número de votantes: vinte e sete;

Votos em contra: zero

Votos de abstenção: zero;

Votos a favor: vinte e sete.

Em face deste resultado a proposta apresentada pela Câmara Municipal foi aprovada por UNANIMIDADE. O Senhor Presidente da Mesa solicitou à Assembleia, conforme pedido da Câmara Municipal, que este ponto da ata fosse aprovado em minuta. Por unanimidade, foi aprovada esta parte da ata em minuta, com a seguinte redação **“FOI DELIBERADO POR UNANIMIDADE DOS PRESENTES, APROVAR A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA RELATIVA À ABERTURA DE PROCEDIMENTOS CONCURSAIS PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 3.º GRAU – UNIDADES ORGÂNICAS FLEXÍVEIS - PROPOSTA DE COMPOSIÇÃO DE JÚRI DE RECRUTAMENTO, DO GABINETE TÉCNICO FLORESTAL.”**

PONTO NÚMERO OITO - RATIFICAÇÃO DA ADESÃO AO AGRUPAMENTO EUROPEU DE COOPERAÇÃO TERRITORIAL CÁCERES (AECT CCBB) CÁCERES – BEIRA BAIXA – seguidamente o senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao senhor deputado Antonio Gaspar Moreira que disse: *“Aqui, naquilo que vos queria*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 08 DE 30-04-2026

dizer, as categorias estruturais têm três momentos. Portanto, estas AECT's são importantes pela sua inovação jurídica sem precedentes na União Europeia. E depois, qual é que vai ser a efetiva importância prática para a nossa região e para as nossas populações? E depois vou só falar de um exemplo de uma AECT, a primeira que foi criada em Portugal, para perceberem que isto não é um mero aleluia jurídico, uma mera declaração de intenções é algo que verdadeiramente é importante. Portanto, estas AECT's, como sabem, é a primeira vez na história da União Europeia que há uma estrutura de cooperação territorial dotada de personalidade jurídica de direito europeu. E, antes deste instrumento, a cooperação transfronteiriça fazia-se através de memorandos de entendimento, protocolos políticos, acordos bilaterais, mas todos não tinham força jurídica própria para assegurar uma eficácia nesta cooperação, além de estarem sujeitos aos bloqueios legislativos de cada Estado-membro. E, portanto, isto é uma inovação que é verdadeiramente estrutural, porque esta AECT é uma associação de direito público que é reconhecida pelo ordenamento jurídico, neste caso português, espanhol e europeu, e vai permitir adquirir bens, recrutar trabalhadores, celebrar contratos, e vai ter plena capacidade de atuação nos dois Estados. E depois uma coisa muito importante, vai ser um veículo jurídico, se calhar o mais importante transnacional, que vai permitir captar, gerir e executar fundos da política regional europeia, designadamente os fundos INTERREG, sem que para isso se tenha de passar pelos labirintos legislativos nacionais.

Depois, só queria também muito rapidamente fazer-vos perceber como é que esta AECT Cáceres Beira Baixa, o que é que pode significar para o território e para a nossa população.

Hoje em dia já foram criados oitenta e nove AECT's em todos os Estados-Membros da União Europeia. Entre Portugal e Espanha existem dez e futuramente existirão onze.

O território deste AECT vai abranger uma área de 25000 km quadrados, como sabem, e vai ter uma influência perante uma população de 500.000 habitantes.

E quando nós falamos num território como Idanha que está no coração geográfico deste espaço, desafios estruturais como o envelhecimento populacional, a perda de massa crítica, a fraca conectividade e o tecido económico disperso, vão poder ser enfrentados com estes instrumentos. Como sabem, não se resolvem à escala municipal. E, portanto, quando falamos em infraestrutura e mobilidade nos objetivos explícitos, é pugnar pela conclusão da ligação IC 31 à Autovia EXA1.

Agora, provavelmente, vai haver uma capacidade institucional que uma legitimidade jurídica perante as instituições europeias, não só as nacionais, para concluir esta obra.

Porque, claro que podemos continuar a utilizar mecanismos que têm sido usados, de utilização do direito de manifestação, petições, ações populares. Mas aqui, pela primeira vez, vamos ter um instrumento suficientemente forte para fazer isto acontecer. Isto é importante para nós, porque a ligação rodoviária mais célere entre Lisboa e Espanha e Madrid continua a ser pelas Termas de Monfortinho e isso ainda vem clarificar mais isso.

Mas porque, segundo também os documentos enviados, isto vai potencializar uma mobilização superior a mais de 8 milhões de pessoas através desta ligação rodoviária. Depois também tem, como se sabem, podem ter influências muito positivas relativamente a matérias da demografia e da população que eu agora não vou estar aqui a discriminar, assim como no ambiente e no património natural, porque há uma partilha deste corredor ibérico de património natural do Geoparque Naturtejo, da Reserva da Biosfera do Tejo Internacional, da Biosfera de Monfrague



Handwritten signature and initials in blue ink.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 08 DE 30-04-2026

e do Geoparque Villuercas, que vamos ter aqui mais uma entidade, juntamente com as que já trabalham para continuar a fazer projetos de conservação, turismo de natureza, etc.

Mas uma coisa que é, à primeira vista, assim um bocadinho questionável, é a contribuição financeira de arranque que tanto a comunidade intermunicipal da Beira Baixa como a Deputación de Cáceres vão fazer, que é de cem mil euros anuais.

Cem mil euros anuais, sendo que cada uma delas vai compartilhar com cinquenta mil e cada município vai compartilhar com seis mil.

É sem dúvida, um investimento demasiado modesto para potenciar esta alavancagem que aqui representa e estou a fazer esta referência porque nós estamos aqui a ratificar, mas quem vai aderir a este a esta AECT é o município, por via da presença na Comunidade Intermunicipal e, portanto, também lanço um desafio aqui à Senhora Presidente e aos outros membros do executivo para que este valor de contribuição financeira, para além dos fundos europeus a que se querem candidatar e que também consigam aumentar este valor, porque estamos a falar de uma área de 25 mil quilómetros quadrados e 500 mil pessoas e este valor é, enfim, um bocadinho irrisório, não é?

E para terminar, e só para se calhar cativar um bocadinho mais a vossa atenção de porque é que então isto é importante, como disse já outras estruturas que foram criadas entre Portugal e Espanha.

Vou dar aqui o exemplo do AECT Galícia Norte de Portugal foi o primeiro a ser criado em 2008, que é constituído pela Junta da Galiza e pela CCDDR Norte e que, entre outros programas, eu destaco o programa Iacobus, que foi um programa pioneiro a nível europeu de intercâmbio de docentes, investigadores e pessoal entre universidades. O programa cultural Nortear, que promove a criação artística conjunta em dança, música e literatura entre os dois lados da fronteira. E depois também este AECT coordena um cluster, o cluster Tour GNP, que reúne cerca de 100 empresas do setor turístico dos dois lados da fronteira, em torno de uma marca de plataforma conjunta. Mas fomos a ver outros exemplos, como disse há 89, em toda a União Europeia, construção de hospitais, fixação de população.

Nós estamos sempre a falar de que forma é que, num território também como Idanha, podemos lidar melhor com a situação da saúde. Isto pode ser uma verdadeira oportunidade e até, se calhar, vamos ter o presidente do Conselho de Gestão da ULS um dia aqui. Também podemos questioná-lo nesse sentido para perceber de que forma é que também vai cooperar com esta AECT para verdadeiramente fazer um trabalho diferenciador na área da saúde e noutras áreas.

Portanto, senhoras e senhores membros da Assembleia, isto não é uma mera aleluia política, é, sem dúvida, uma escolha estratégica e uma coisa interessante é que isto tem um horizonte de estabilidade para além de vinte anos. Portanto, vai além de ciclos eleitorais e pode ser, provavelmente, a tradução jurídica de uma vontade histórica de aproximação entre os dois territórios que partilham muito mais do que uma fronteira e que até hoje, enfim, como eu disse, para além de memorandos políticos de outros convénios, pode verdadeiramente produzir efeitos importantes. Obrigado.”

O senhor Presidente da Mesa submeteu a votação a RATIFICAÇÃO DA ADESÃO AO AGRUPAMENTO EUROPEU DE COOPERAÇÃO TERRITORIAL CÁCERES (AECT CCBB) CÁCERES – BEIRA BAIXA, tendo sido apurado o seguinte resultado:



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA

ATA N.º 08 DE 30-04-2026

Número de votantes: vinte e sete;

Votos em contra: zero;

Votos de abstenção: zero

Votos a favor: vinte e sete.

Em virtude deste resultado a ata número quatro, foi aprovada por UNANIMIDADE

O senhor Presidente da Mesa solicitou à Assembleia, conforme pedido da Câmara Municipal, que este ponto da ata fosse aprovado em minuta. Por unanimidade, foi aprovada esta parte da ata em minuta, com a seguinte redação **“FOI DELIBERADO POR UNANIMIDADE DOS PRESENTES, APROVAR A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA REFERENTE À RATIFICAÇÃO DA ADESÃO AO AGRUPAMENTO EUROPEU DE COOPERAÇÃO TERRITORIAL CÁCERES – BEIRA BAIXA (AECT CCBB).”**

Seguidamente o senhor Presidente da Assembleia deu início à discussão do

PONTO NÚMERO 9 - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE REVISÃO DO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL - o Presidente da Mesa da Assembleia disse: *“Gostaria só de dar uma nota prévia antes passar a palavra aos senhores deputados. Antes de mais congratular-me por o trabalho que fizemos na obtenção deste documento, que faz parte da Assembleia, que é aquele que rege a Assembleia Municipal. Foi um documento que foi trabalhado em conjunto com os vários grupos municipais. Estiveram presentes representantes de todos os grupos municipais que contribuíram para esta nova versão.*

Foi uma reunião que aconteceu depois da última Assembleia Ordinária do dia 20 de Fevereiro. E penso que temos aqui um documento que foi trabalhado e que foi consensualizado por todas as forças políticas. Portanto, agradecer a participação de todos este contributo para esta versão, que é uma versão ainda proposta que contribuições, e posto isto, depois deste agradecimento, perguntar se algum dos Senhores deputados, têm alguma questão a colocar.”

De seguida o senhor Presidente da Mesa passou a palavra ao senhor deputado Daniel Fonseca que disse: *“Antes de fazer a menção a este ponto, dizer só uma pequena situação das declarações que a Senhora Presidente teve há pouco. Senhora Presidente, antes de mais, isto não é nada pessoal, com muita estima, mas penso que os exemplos que deu, isto não eleva mesmo nada a postura e não ajuda em nada ao debate. Isto porquê? Porque os exemplos que dei eu podia dar muitos mais. E conforme lhe digo, não é nada pessoal, incluindo o seu. Mas por aqui termino e dizer-lhe que a Câmara Municipal não é um quintal. Exige alguma postura e alguma elevação. Esses exemplos, desculpe, mas não foram nada felizes. Mas pronto. Eu não ficava bem sem dizer isso, porque eu nem acreditava naquilo que estava a ouvir.*

Senhor Presidente, este processo de revisão do Regimento da Assembleia Municipal foi um trabalho marcado pela participação, pelo diálogo e pelo respeito institucional. Todos os grupos municipais tiveram a oportunidade de contribuir, apresentar propostas e partilhar visões num verdadeiro exercício de democracia participativa. A reunião realizada entre os três grupos municipais decorreu com elevação, espírito construtivo e a clara vontade de encontrar soluções que dignificam o funcionamento desta Assembleia. Esse ambiente de compreensão e respeito pelas diferentes perspetivas é, em si, um sinal de maturidade democrática.

É também justo destacar o papel da Mesa da Assembleia Municipal, que soube conduzir este processo com equilíbrio, abertura e sentido de responsabilidade, garantindo que todas as vozes fossem ouvidas.



R. yu
CATIK

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 08 DE 30-04-2026

O documento que hoje propomos aprovar não é apenas um conjunto de normas, é um reflexo do compromisso coletivo com a Assembleia mais eficaz, transparente e ao serviço dos cidadãos.

Este processo deve também ser visto como um exemplo para todos, incluindo o órgão executivo de que o trabalho em parceria assente no entendimento democrático permite alcançar melhores resultados.

Pode e deve servir de referência para a construção de outros documentos e soluções em áreas determinantes para o sucesso do nosso concelho.

Da nossa parte reafirmamos que o Movimento para Todos estará sempre disponível para colaborar de forma construtiva e responsável em tudo o que envolve o futuro do Desenvolvimento do Concelho de Idanha Nova. Que este espírito de colaboração que marcou a revisão do Regimento continue a orientar o nosso trabalho para o futuro. Muito obrigado."

Seguidamente o senhor Presidente da Mesa passou a palavra à senhora Presidente da Câmara Municipal que disse: *"Primeiramente, antes de se falar da postura e elevação, deveriam olhar para as vossas próprias atitudes antes de falarem dos outros.*

De qualquer forma, se foi referido aqui um caso em particular, também na reunião do executivo foi falado, por isso não podemos só apontar e não ser apontado.

Por isso, foi apenas uma questão que levantaram. Muitas questões sobre uma determinada mobilidade, e eu estou super à vontade que não fui eu que a fiz, mas depois também colocamos outras pessoas expostas, pronto. Então é isso. A postura deve ser dos dois lados.

Não foi tida num determinado momento e há uma reação à ação? E é apenas isso. Eu acho que sim, que deve ser mantida a postura e a elevação. Enquanto for mantida, será mantida da minha parte e é isso que eu prezo. Quando não for, também da minha parte, haverá uma reação."

O senhor Presidente da Mesa submeteu a votação a PROPOSTA DE REVISÃO DO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, tendo sido apurado o seguinte resultado.

Número de votantes: vinte e sete;

Votos em contra: zero;

Votos de abstenção: zero;

Votos a favor: vinte e sete.

Em face deste resultado a proposta foi aprovada por UNANIMIDADE.

Terminada a discussão dos assuntos da Ordem do Dia, o senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, em cumprimento do estipulado regimentalmente perguntou se alguém do público queria usar a palavra.

O senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao cidadão Sérgio Folgado que disse: *"Boa tarde a todos os presentes na sala, à mesa e aos restantes. Eu vim aqui várias vezes falar sobre apoio às instituições e nos acordos que se poderiam fazer para facilitar a gestão dessas.*

E agora também não posso deixar passar sem vir aqui, de certo modo, reconhecer neste momento o trabalho do executivo, na medida em que estão a fazer esses acordos e vocês não sabem o que é que isso significa, alguns não sabem, outros saberão porque estão lá, ma gestão diária das instituições, a segurança que transmite e a facilidade, o alívio, principalmente físico e psicológico, que isso traz às pessoas que estão a gerir



Handwritten signature and initials
corda

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA

ATA N.º 08 DE 30-04-2026

essas instituições de modo gratuito e que todos os meses se debatiam como é que iriam pagar as contas do mês seguinte.

E, portanto, eu venho aqui prestar essa homenagem ao executivo. No entanto, muitas vezes não é lançando dinheiro em cima dos problemas que os problemas se resolvem e por isso, e eu já fiz passar esta mensagem, ou seja, vocês atribuem o dinheiro, mas acho que agora entram noutra obrigação, não dever, mas talvez noutro procedimento que é devem acompanhar essas instituições onde elas gastam o dinheiro.

Muitas dessas instituições são geridas pelo diretor técnico, que não tem nada a ver com o departamento financeiro nem com contrato administrativo, e acho que faz falta no concelho uma comissão de acompanhamento ou o que lhe queiram chamar, no sentido até de ajudar à prática e às boas práticas de gestão dessas instituições. E, por isso, agora já cumpriram com a situação de atribuir e fazer os acordos com essas instituições, agora dão mais um passinho que eu depois trago mais novidades à frente sobre essas situações.

Queria, portanto, deixar aqui o meu reconhecimento a este executivo por ter tomado essa decisão. De seguida, também quero aqui dizer que o sempre fez assim, às vezes não é desculpa e há que ter algum cuidado nas coisas e com certeza que vocês irão no futuro validar as situações e corrigi-las de modo a que se enquadrem na lei e que as coisas funcionem de outra forma.

Esta Assembleia hoje já vai longa por situações que podiam até ser evitadas, não é?

Outra situação que eu queria aqui referir ou trazer e pedir esclarecimento sobre isso é, neste momento, o que é que está o executivo a desenvolver com quem ou como sobre o IC 31? Portanto, nós sabemos que o IC 31 já foi aprovado milésimas vezes. Eu já tive reuniões com os secretários de Estado sobre o IC 31, assim como a saúde. E o que é que acontece?

Há muitas promessas, muito papel até já escrito e aprovado, mas depois as execuções são deixadas para as calendas, porque normalmente os orçamentos, principalmente na saúde, vão pouco além da execução dos 50% do que está orçamentado no governo central e os dinheiros acabam por ser gastos noutras situações. Por isso eu queria saber, como cidadão deste concelho, o que é que o executivo neste momento pensa e está a fazer sobre o IC 31? Obrigado. Boa tarde."

O senhor Presidente deu a palavra à senhora Presidente da Câmara Municipal que disse: "Obrigada pelo reconhecimento. Agradeço também aqui ao munícipe, Sérgio Folgado, pelo reconhecimento do trabalho que estamos a desenvolver.

Só é possível com a colaboração de todos, mas reconhecemos essa importância de atribuição de apoio financeiro tanto às IPSS como às associações, como já tinha referido anteriormente. A importância do IC 31 para o Concelho é estratégica, como todos nós sabemos, e os benefícios que isso pode trazer.

Eu participei na quarta reunião ibérica da Aliança Territorial. Já tinham decorrido no anterior executivo três reuniões. Também o vice-presidente esteve presente numa Assembleia com deputados em Mérida. Estão marcados porque nessa reunião também assinamos ofícios a solicitar reuniões com deputados, tanto em Portugal como em Espanha. Os espanhóis já começaram a receber-nos. Os portugueses ainda não nos responderam a marcar essas reuniões. De qualquer forma, também ia dizer isso no final. Aproveito então e digo já que está marcada uma manifestação para dia 20 de Maio às 18h30 nas Termas de Monfortinho para que todos somos mais fortes e então também apelo à vossa presença nessa manifestação.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 08 DE 30-04-2026

De qualquer forma, na Câmara Municipal recentemente não existiu qualquer pedido de parecer, enquadramento, seja o que for relativamente ao IC31, mas sei pelo colega da Câmara Municipal de Castelo Branco, em Castelo Branco, já houve agora, recentemente, um pedido de informação, mas que o pedido não é com o IC31 a ser construído em perfil de autoestrada, mas duas vias, o que também não é o que nós gostaríamos. Por isso, também nos está a deixar preocupados essa situação, vamos continuar a pressionar e esperemos que os senhores deputados da Assembleia da República nos recebam em Portugal, como os espanhóis já começaram a receber-nos. Obrigada."

Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão, da qual se lavrou a presente ata, que depois de lida e achada conforme, vai ser assinada pelos membros da Mesa.

João Paulo Rosa Rodrigues
Jorge Nuno dos Santos Mendes
Carla Sofia Aguiar Ventura